

AP 72
2003



UNIVERSIDADE EDUARDO MONDLANE
UNIDADE DE FORMAÇÃO E INVESTIGAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS
(UFICS)
Departamento de Ciência Política e Administração Pública

**IMPACTO DAS ONGs INTERNACIONAIS NA
PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA
(1995-2003)
"O Caso da Visão Mundial em Milange, Zambézia"**

Autor:
César Manuel Dadá Varela

Supervisor:
dr. Salim Cripton Valá

(Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção do grau de licenciatura em Administração Pública pela Universidade Eduardo Mondlane)



Maputo, Junho de 2003



UNIVERSIDADE EDUARDO MONDLANE
UNIDADE DE FORMAÇÃO E INVESTIGAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS
(UFICS)
Departamento de Ciência Política e Administração Pública

**IMPACTO DAS ONGs INTERNACIONAIS NA
PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA
(1995-2002)
"O caso da Visão Mundial em Milange, Zambézia"**

Visão
① O autor do trabalho (César Varela)
faz as alterações sugeridas pela mesa de júri
por altura da defesa do trabalho de fim do curso.
② Como Supervisor do trabalho confirmo que o estudante
incluiu as recomendações feitas, dentro do prazo concedido (15 dias).
Maputo, 16-07-2003
Salim Cipton Valá

Autor:

César Manuel Dadá Varela

Supervisor:

Dr. Salim Cipton Valá

(Dissertação Apresentada Como Requisito Parcial Para Obtenção do Grau de Licenciatura em Administração Pública pela Universidade Eduardo Mondlane)

Maputo, Junho de 2003

U.E.M. - UFICS	
R. E.	4804
DATA	26 / 09 / 06
AQUISIÇÃO	definitiva
COTA	AP - 72

Declaração

Eu César Manuel Dadá Varela declaro por minha honra que este trabalho constitui reflexo do meu próprio esforço e dedicação numa aturada investigação decorrente do trabalho de campo e da informação obtida com base nas fontes que estão devidamente indicadas na bibliografia; o mesmo nunca foi apresentado na sua essência para a obtenção de qualquer que seja o grau académico.



César Manuel Dada Varela

Maputo Junho de 2003

Dedicatória

Especialmente aos meus pais, César Varela e Maria de Lurdes Dadá, aos meus irmãos e a pequena Swaila, que sempre acreditaram e apoiaram para que este sonho (nosso) se torna-se realidade. Conseguimos!

Agradecimentos

Queria em primeiro lugar agradecer a Deus por me ter concedido saúde, força de vontade e inspiração, que permitiram tornar possível a realização deste trabalho.

Gostaria de agradecer à Cooperação Suíça e à Direcção da UFICS pelo financeiro indispensável para a materialização do trabalho. Estendo também os meus agradecimentos à todo pessoal da Visão Mundial, especialmente à Engr^a. Hercilia (Maputo) e ao sr. Richard Dove (Milange), da Solidariedade, em particular ao Engr^o. Sérgio Nemba pelo apoio disponibilizado para e durante o trabalho de campo em Quelimane e Milange.

Agradecimentos especiais vão para o Dr. Salim Cripton Valá, supervisor deste trabalho pelas suas importantes contribuições, disponibilidade, prontidão, frontalidade e profissionalismo que demonstrou desde a fase embrionária deste trabalho. A sua atenção e apreciação exaustiva foi fundamental para o aprimoramento deste trabalho. Os meus agradecimentos vão também para o Prof. Doutor José Negrão com quem tive o primeiro contacto sobre o trabalho e que teceu um breve mais importantíssimo comentário sobre o esboço do trabalho. Não poderia deixar de agradecer ao dr. Padil Salimo, pelos importantes comentários tecidos ao longo do trabalho.

Aos meus pais César Varela e Maria de Lurdes Dadá, vão os meus sinceros agradecimentos por todo apoio prestado durante a longa e sinuosa carreira académica. Igualmente estendo os meus agradecimentos aos meus irmãos, Adão, Nety, Vevinha, Nídia, Karina, Pablo, Isidoro, pelo apoio moral prestado ao longo deste percurso académico. Não deixaria de endereçar um forte abraço aos meus colegas de turma de Administração Pública que comigo compartilharam as dificuldades e êxitos, especialmente os do quarto grupo (Vilanculo, Nhacota Jr. Bene Jr, Manhicane Jr. e Mabuiangue). À todos colegas de faculdade vão as minhas saudações académicas.

A ti Maya, devo-te também uma enorme gratidão. Sabes tu porquê!

Finalmente, gostaria de agradecer à todos aqueles, professores, colegas, amigos e familiares que de forma directa ou indirecta, me apoiaram e contribuíram nesta longa caminhada, mas que pela sua imensidão, torna-se impossível referenciar os seus nomes neste espaço. Aquele abraço!

Abreviaturas

CCM	Conselho Cristão de Moçambique
DDADR	Direcção Distrital da Agricultura e Desenvolvimento
DDAP	Direcção Distrital de Agricultura e Pesca
DDE	Direcção Distrital de Educação
DDIC	Direcção Distrital de Indústria e Comércio
DPADR	Direcção Provincial de Agricultura e Desenvolvimento Rural
DPCAA	Direcção Provincial para a Coordenação da Acção Ambiental
UE	União Europeia
LINK	Forum de ONG's
MADER	Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural
MFSP	Milange Food Security Project
MICOA	Ministério de Coordenação para a Acção Ambiental
MINEC	Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação
MNEF	Ministério dos Negócios Estrangeiros da Finlândia
MISAU	Ministério da Saúde
MOPH	Ministério das Obras Públicas e Habitação
MP	Matriz do Projecto
MPF	Ministério do Plano e Finanças
ONG	Organização Não Governamental
PA	Posto Administrativo
PROAGRI	Programa Nacional de Desenvolvimento Agrário
ProSAM	Projecto de segurança Alimentar de Milange
Sol	Solidariedade
SWAPs	Sector Wide Approaches Programming
VM Moç	Visão Mundial Moçambique

Resumo

Com o fim do último conflito armado, verificou-se a entrada de um grande número de ONG's internacionais a trabalhar nas zonas rurais nomeadamente na produção e comercialização agrícola, levando a cabo diversos projectos de desenvolvimento. Mas, apesar desses esforços a pobreza nessas zonas persiste. Ora, isto suscita uma séria de inquietações quanto a pertinência e eficácia das actividades destas organizações, pois embora lhes seja reconhecido importância na assistência às populações necessitadas, o balanço que se faz das suas actividades constitui motivo de discussão nas mais diversas esferas da vida social.

O presente trabalho sob o tema "Impacto das ONG's Internacionais na Promoção do Desenvolvimento Agrícola (1995-2003): o caso da Visão Mundial em Milange, Zambézia" é resultado de um estudo levado a cabo entre a cidade de Maputo e a Província da Zambézia. O trabalho tem como objecto de estudo as actividades das ONG's internacionais no desenvolvimento, especificamente a Visão Mundial visando avaliar o impacto sócio-económico do ProSAM, um projecto na área da agricultura financiado pela União Europeia, participado pela Visão Mundial do Reino Unido e implementado pela Visão Mundial Moçambique em parceria com a Solidariedade, uma ONG nacional. O ProSAM é um projecto de três (3) anos (de Outubro de 2000 a Setembro de 2003) que tem como objectivo a promoção de segurança alimentar sustentável dos habitantes rurais do distrito de Milange, província da Zambézia.

O trabalho resulta da análise dos dados do trabalho de campo e da informação obtida na literatura consultada. Os resultados do trabalho revelam que, de um modo geral o impacto do projecto é positivo, ainda que não seja na sua plenitude, pois alguns dos resultados previstos encontram-se ainda a quem do desejado. Entre os factores limitantes ao impacto destacam-se o atraso do início do próprio projecto em consequência do desembolso dos fundos por parte do financiador e os factores climatéricos que influenciaram negativamente a fase inicial e por conseguinte o impacto geral do projecto. Os resultados mostram também que não existe participação das comunidades nos processos de tomada de decisão, sendo apenas envolvidas na fase de implementação.

Índice	Pags.
Declaração.....	i
Dedicatória.....	ii
Agradecimentos.....	iii
Lista de Abreviaturas.....	iv
Resumo.....	v
CAPÍTULO I.....	1
INTRODUÇÃO.....	1
1.1 ANTECEDENTES E CONTEXTO DA PESQUISA.....	1
1.2 OBJECTO E OBJECTIVOS.....	3
1.3 JUSTIFICAÇÃO.....	4
1.4.1 <i>Localização geográfica</i>	6
1.4.2 <i>População, relevo e clima</i>	7
1.4.3 <i>Agricultura</i>	7
CAPÍTULO II.....	9
METODOLOGIA.....	9
CAPÍTULO III.....	15
ENQUADRAMENTO TEÓRICO- CONCEPTUAL.....	15
3.1 PERSPECTIVA DE ANÁLISE.....	15
3.2 CONCEITOS-CHAVE.....	18
CAPÍTULO IV.....	24
AS ONG'S INTERNACIONAIS NO DESENVOLVIMENTO EM MOÇAMBIQUE.....	24
4.1 CONTEXTUALIZAÇÃO E DEBATE TEÓRICO.....	24
4.2. QUADRO LEGAL E INSTITUCIONAL DAS ACTIVIDADES DAS ONG'S INTERNACIONAIS EM MOÇAMBIQUE.....	29
4.3. AS ONG'S INTERNACIONAIS NO QUADRO DA AJUDA DE EMERGÊNCIA VERSUS DESENVOLVIMENTO.....	32
CAPÍTULO V.....	36
O ESTUDO DE CASO: A VISÃO MUNDIAL NO DISTRITO DE MILANGE.....	36
5.1 BREVE HISTORIAL DA VISÃO MUNDIAL.....	36
5.2. AS INTERVENÇÕES DA VISÃO MUNDIAL NA ZAMBÉZIA.....	37
5.3 O PROJECTO DE SEGURANÇA ALIMENTAR DE MILANGE (PROSAM): SUA CONCEPÇÃO, OBJECTIVOS E ESTRATÉGIAS DE INTERVENÇÃO.....	38
5.4 A RELEVÂNCIA DO PROJECTO E A QUESTÃO DA PARTICIPAÇÃO DAS COMUNIDADES BENEFICIÁRIAS.....	39
5.5 PERCEPÇÕES SOBRE O IMPACTO DO PROJECTO.....	43
5.6. DISCUSSÃO DOS RESULTADOS DA PESQUISA.....	48
CONCLUSÃO.....	52
6.1 RECOMENDAÇÕES.....	54
BIBLIOGRAFIA.....	55
ANEXOS.....	61

Capítulo I

INTRODUÇÃO

1.1 Antecedentes e contexto da pesquisa

A agricultura constitui o sector dominante da economia moçambicana, empregando mais de 80% da força de trabalho e contribui com cerca de 40 % no PIB nacional. Porém, da mesma forma que muitos países subdesenvolvidos em particular os africanos, Moçambique enfrenta sérios problemas sócio-económicos enraizados ao longo do tempo, em consequência de diversos factores tanto os de carácter natural nomeadamente a fome, cheias, seca e outros problemas ecológicos, bem como aqueles fruto da acção humana, particularmente os socio-económicos resultantes da herança colonial portuguesa, das incongruências das políticas de desenvolvimento adoptadas pelo governo da FRELIMO após a independência e, mais “recentemente,” do último conflito armado de 16 anos entre a RENAMO e o Governo que conheceu o seu término em Outubro de 1992.

Após a independência em 1975, o Estado moçambicano adoptou um sistema político e económico centralmente planificado, característico do modelo socialista da Administração Pública como a linha orientadora para o desenvolvimento de Moçambique e definiu a agricultura como o sector-chave para o desenvolvimento do país, chamando à si quase toda a responsabilidade da actividade produtiva na área agrária, através das empresas estatais-agrárias e a produção em moldes colectivos.

Contudo, com a queda do bloco socialista e a consequente passagem para uma ideologia neo-liberal e a conversão de uma economia centralizada à concorrência num mercado livre verifica-se um novo posicionamento político marcado particularmente pela entrada em vigor da nova Constituição da República (de 1990) que no seu artigo 76 consagra o direito a livre associação, posteriormente é aprovada a lei nº 8/91 (das associações) e mais tarde a publicação do decreto nº 55/98, de 13 de Outubro¹. É nesse quadro jurídico e institucional

¹ O decreto 55/98 cria o quadro legal que define os critérios da autorização, objectivos a atingir e mecanismos da actuação das ONG's internacionais em Moçambique.

que emergem muitas associações destacando-se as ONG's, na perspectiva de complementar o papel do Estado, sobretudo na promoção do desenvolvimento e bem estar social.

A assinatura do Acordo de Paz em 1992, marcou o início de uma nova página na história de Moçambique. Verificou-se a mudança de atenção do Estado, de um fortalecimento militar para programas de desenvolvimento por um lado. Por outro, a comunidade e agências internacionais mudaram a sua atenção de emergência para programas de desenvolvimento. Passou-se de uma economia centralizada para uma economia de mercado e o papel do governo mudou de um "agente activo" para um mero agente regulador no mercado. O país aderiu às instituições de Bretton Woods e viu-se obrigado a seguir as regras do "jogo" imposto por estas instituições. Importa realçar que grande parte da ajuda a Moçambique ficou condicionada e canalizada pela entrada de ONG's internacionais.

Sendo Moçambique um país economicamente agrário, o crescimento do PIB pode não depender apenas de políticas macro-económicas, mas ser explicado pelo crescimento da produção agrícola (Artur, 2002). Por isso, falar de desenvolvimento em Moçambique significa falar especificamente do desenvolvimento rural, pois mais de 75% da população vive no meio rural e depende da agricultura. Aliás, é por este motivo que Artur (2002) defende que, melhorar a agricultura significa reduzir a pobreza em Moçambique, especialmente nas zonas rurais. De facto, o desenvolvimento rural ocupa um lugar de destaque nas agendas governamentais sobre o desenvolvimento económico e social.

Diversos esforços têm sido levados a cabo nessa direcção, tanto pelo governo como pela comunidade internacional. Esforços esses quer sob a forma de ajuda directa ao governo central, quer através de ONG's que trabalham nas zonas rurais. É assim que terminado o conflito armado, verificou-se o aumento do número de ONG's internacionais a trabalhar nas zonas rurais. Este trabalho é resultado do estudo de caso do Projecto de Segurança Alimentar de Milange (ProSAM)² da Visão Mundial no distrito de Milange, na província da Zambézia.

² Projecto de Segurança Alimentar de Milange (ProSAM) constitui um dentre os vários projectos implementados pela Visão Mundial na província da Zambézia.

1.2 Objecto e Objectivos

Constitui objecto de estudo deste trabalho as intervenções das ONG's Internacionais no desenvolvimento agrícola, no período posterior às primeiras eleições gerais e multipartidárias (1995) até os nossos dias (2003), mais especificamente o caso do ProSAM da Visão Mundial em Milange, um projecto na área da agricultura.

O objectivo geral deste trabalho consiste em avaliar o impacto sócio-económico das intervenções das ONG's Internacionais viradas para o desenvolvimento das comunidades rurais que operam no ramo da agricultura em Moçambique, particularmente no sector familiar,³ focalizando especificamente o caso do ProSAM da Visão Mundial no distrito de Milange, na província central da Zambézia.

Neste sentido, constituem objectivos específicos os seguintes:

1. Analisar em que medida as intervenções da Visão Mundial, no caso específico do ProSAM, têm contribuído para o desenvolvimento das comunidades locais no distrito de Milange;
2. Avaliar como são implementados os projectos da Visão Mundial e sua parceria com os SWAPs (Sector-Wide Approaches to Programmings)⁴ particularmente o PROAGRI, com as comunidades beneficiárias e outras organizações;
3. Compreender a relevância do projecto ProSAM, no sentido de verificar se este vai de encontro com interesses dos beneficiários e de que forma estes são envolvidos no mesmo;

³ De acordo com o Plano Estratégico de Desenvolvimento esta actividade é desenvolvida maioritariamente pelo sector familiar (Governo da Província da Zambézia 2001: 10).

⁴ Os SWAPs podem ser traduzidos em português como sendo Programas Sectoriais Integrados. Tratam-se de modelos sectoriais dos programas de desenvolvimento, visando direccionar os apoios aos programas por sectores dando assim maior responsabilidade e controle ao governo.

4. Identificar e compreender os principais constrangimentos, oportunidades e desafios enfrentados pela Visão Mundial (particularmente o Projecto ProSAM), procurando deste modo, identificar os pontos fortes e fracos das acções desenvolvidas.

1.3 Justificação

A justificação da realização deste trabalho assenta no pressuposto de que, por muito tempo toda actividade análoga a do sector público ter sido assumida como sendo da exclusiva responsabilidade do Estado verificando-se, porém, nas últimas décadas, o crescimento da crença de que as ONG's partilham da mesma preocupação com os governos relativamente à satisfação das necessidades públicas e com as questões que afectam o bem estar social (Salimo, 2001). A este propósito, Tenório (1997) afirma, que a Administração Pública enquanto campo de estudo, deve englobar um espaço mais amplo que o circunscrito pelo Estado, envolvendo outros sectores que também têm seu campo de acção na sociedade como é o caso das ONG's.

Resulta deste facto, a necessidade e relevância de se compreender o desempenho das ONG's e sobretudo o impacto das suas actividades na promoção do desenvolvimento agrícola e por conseguinte, na melhoria das condições de vida das populações beneficiárias. E a avaliação de programas ou projectos de desenvolvimento constitui um instrumento importante, pois fornece informações sobre a efectividade dos mesmos à aquelas pessoas e instituições com responsabilidades e interesses relacionadas com a sua continuação, melhoria, expansão ou também a sua extinção (nomeadamente doadores ou financiadores, implementadores, o governo, os beneficiários, etc.).

No que se refere ao espaço geográfico, a escolha da província Central da Zambézia para analisar o ProSAM, um projecto da Visão Mundial na área da agricultura, no distrito de Milange, resulta do facto da análise do problema agrário ser fundamental em Moçambique.⁵ Na província da Zambézia em particular, a agricultura constitui a principal actividade

⁵ O ponto de partida para uma discussão sobre uma estratégia alternativa de desenvolvimento moçambicano deve ser exactamente o facto deste ser uma país agrário, onde cerca de 80% da população viver no campo e cerca de 70% sobrevive da agricultura e pesca (Abrahamsson e Nilsson, 1998:59).

económica sendo praticada por cerca de 90% da população economicamente activa e desempenha um papel fulcral para o desenvolvimento, contribuindo com mais de 60 % para a economia da província (Governo da Província da Zambézia, 2001). Os outros sectores contribuem individualmente com menos de 10 % (PNUD: 1999). A província possui enormes potencialidades em termos de recursos naturais (agro-pecuários, florestais, pesqueiros, minerais), artísticos, culturais e de turismo - estando ainda alguns ainda por explorar- o que a coloca numa situação de menor grau de desenvolvimento sócio-económico mas particularmente um grande potencial para a prática da agricultura⁶ e é a mais populosa do país,⁷ paradoxalmente, ela apresenta índices de desenvolvimento humano dos mais baixos do país⁸.

Dado o peso que a agricultura tem na estrutura global da província, esta revela-se importante e indutora de actividades que promovem o desenvolvimento sócio-económico e bem estar da população. A escolha particular do distrito de Milange como foco da análise, resulta do facto deste constituir uma das parcelas da Alta Zambézia, considerada a região agrícola da Província⁹ graças ao seu potencial para a prática da agricultura, contudo, tem enfrentado problemas de segurança alimentar, a despeito de várias ONG's internacionais (entre as quais a Visão Mundial) que operam neste ponto do país.

Por seu turno, a razão da escolha da Visão Mundial para o estudo de caso da pesquisa relaciona-se com o fato da sua longa experiência em actividades de desenvolvimento nas zonas rurais em cerca de 90 países em todo mundo, entre eles Moçambique, constituindo uma das suas principais áreas de intervenção a agricultura, e por ter as suas acções

⁶ Dos 22,9% que a produção agrícola contribui para a o PIB nacional, 54% provém da Zambézia (PNUD, 2001).

⁷ Segundo o Censo Populacional de 1997, a província da Zambézia é a mais populosa do país com cerca de 3.2 milhões de habitantes representando 19% da população total do país, sendo que 51.9% dessa população é de sexo feminino (Governo da Província da Zambézia, 2001:4).

⁸ De acordo com o Relatório Nacional do Desenvolvimento Humano Nacional-2001, a província da Zambézia destaca-se como uma das sete regiões administrativas que registaram taxas de crescimento abaixo da média nacional entre o período 1999-2000.

⁹ Os distritos da Alta Zambézia constituem a mais importante zona agrícola da província, pois cultiva cerca de 55, 3% de toda terra a agrícola em exploração na província, a sua produção representa cerca de 56% do total da província e participando com cerca de 46% na comercialização agrícola (Governo da província da Zambézia, 2001).

desenvolvidas naquele ponto do país. O outro motivo relaciona-se pelo facto de as suas actividades desenvolverem-se em parceria com o governo.

Por uma questão metodológica, delimitou-se o estudo ao período após as primeiras eleições gerais e multipartidárias até Maio de 2003, por considerar-se o período em que se registou maior a explosão de ONG's em Moçambique, sendo também o período em que as actividades das ONG's deixaram de ser orientadas para a emergência e passaram a ser direccionadas para o desenvolvimento.

Sob o ponto de vista teórico, a pesquisa é relevante, na medida em que analisa o impacto das ONG's (internacionais) no processo de desenvolvimento num determinado contexto específico, a partir de um quadro teórico, procurando identificar o seu contributo, os pontos positivos e negativos, ou seja, a relevância das intervenções das ONG's na área do desenvolvimento rural, no caso específico do ProSAM da Visão Mundial para as populações do distrito de Milange.

A relevância deste trabalho na área da Administração Pública, assenta no facto de o mesmo procurar encontrar as “promessas e limitações” do chamado terceiro sector – o sector das ONG's - que tal como o Estado têm como preocupação a satisfação das necessidades públicas. Ou seja, procura analisar o impacto deste sector considerado complementar às actividades do Estado.

1.4 Caracterização do Distrito de Milange

1.4.1 Localização geográfica

O distrito de Milange situa-se no Nordeste da província da Zambézia e a sede administrativa fica a 324 kms da capital provincial – Quelimane. O distrito faz limite a Oeste com o Malawi, a Sul com o distrito de Morrumbala, a Este com os distritos de Mocuba, Lugela e Namarroi e a Norte com o distrito de Gurué. A superfície total do distrito é de 9.794 km². O distrito é composto por quatro (4) postos administrativos, nomeadamente Milange-sede, Mulumbo, Mongué e Majaua.

1.4.2 População, relevo e clima

Segundo o censo populacional de 1997, o distrito conta com mais de 335.728 habitantes e possui uma densidade populacional de cerca de 34 habitantes/ km².

Durante o último conflito armado a província da Zambézia foi uma das mais afectadas do país e o distrito de Milange em particular, com a maioria da população forçada a abandonar suas terras e refugiar-se no país vizinho, o Malawi. No anos a seguir a assinatura de Paz a população retoma ao país tendo deparando-se com muitas das infra-estruturas rurais destruídas. Actualmente, embora as principais vias de acesso tenham sido melhoradas, muitas das pequenas estradas continuam em condições muito precárias e a prestação de serviços muito fracos.

O relevo do distrito é bastante acidentado constituído por montanhas, montes e planícies. O monte mais alto é o Chiperone, localizado no posto administrativo de Mongué, com cerca de 2.065 metros de altura, seguido do monte Tumbine com cerca de 1.542 metros de altitude.

O clima predominante é o tropical húmido, havendo uma pequena faixa do distrito com o clima tropical seco. A chuva cai entre os meses de Outubro e Maio com a pluviosidade mais alta desde os finais de Janeiro até finais de Março.

1.4.3 Agricultura

Embora seja um distrito potencialmente rico para a prática da agricultura, os rendimentos de culturas estão muito a quem do desejado. A superfície do distrito é de 974 400 hectares, mas apenas 75 889 hectares (cerca de 7,7% do total da área do distrito) são cultivados cabendo a maior área ao sector familiar com cerca de 71 887 hectares (ACNUR,1996). Em média cada família cultiva cerca de 1,3 hectares. As principais culturas são: o milho, mandioca, arroz, mapira, batata-doce, amendoim e feijões (manteiga, boer, nhemba) (vide o Anexo 1, fig. 3).

O presente trabalho está organizado da seguinte maneira: o primeiro capítulo é o da introdução, onde se faz a descrição do objecto e objectivos do estudo, bem como da região em estudo (o distrito de Milange); no segundo capítulo é apresentado o delineamento metodológico seguido para a realização do mesmo; no terceiro, o do enquadramento teórico-conceptual, apresenta-se as abordagens teóricas que sustentam a pesquisa e os principais conceitos usados no trabalho; no capítulo quatro é feita uma contextualização sobre as ONG's no mundo e apresenta-se o actual debate sobre as questões legais e institucionais relativamente as suas actividades em Moçambique; o quinto capítulo constitui a parte mais empírica do trabalho onde são apresentados e discutidos os resultados do trabalho; e finalmente é apresentado a conclusão do trabalho e breves recomendações.

Capítulo II

METODOLOGIA

Neste capítulo, apresenta-se o delineamento metodológico seguido para a realização do trabalho. Em função das exigências da temática em análise e dos objectivos pretendidos, o trabalho foi desenvolvido seguindo a metodologia de investigação comum nas Ciências Sociais. Seguidamente procurou-se demonstrar a importância que as intervenções das ONG's Internacionais têm, e os efeitos destas no desenvolvimento agrícola específico no distrito de Milange.

Porque o objectivo do trabalho era o de avaliar o impacto do projecto (ProSAM), tomou-se por base a avaliação somativa de acordo com a tipologia proposta por Rossi et al (1996) pelo facto desta procurar medir o impacto que o projecto teve sobre os problemas que se propunha solucionar¹⁰.

Em Moçambique o desenvolvimento rural ocupa um lugar de destaque nas agendas governamentais sobre o desenvolvimento social e económico, verificando-se por isso diversos esforços que têm sido levados a cabo nessa direcção tanto pelo governo como pela comunidade internacional.

Com o fim do conflito armado, a paisagem institucional da agricultura mudou drasticamente. Verifica-se a entrada de um grande número de ONG's internacionais a trabalhar na produção e comercialização agrícola. Mas, apesar desses esforços que têm sido desenvolvidos a pobreza nas zonas rurais persiste (MADER, 2000). Quer dizer, a despeito do reconhecimento da importância das inúmeras intervenções das ONG's internacionais, a experiência em Moçambique tem demonstrado ineficácia das mesmas, pois, de um modo geral, o impacto dessas intervenções não se tem reflectido na melhoria das condições de vida das populações rurais. Ora, isto levanta uma série de inquietações sobre as actividades desenvolvidas pelas ONG's internacionais o que torna as formas de intervenção destas

¹⁰ Para mais detalhes sobre a tipologia de avaliações de programas vide Rossi et al (1996).

organizações em Moçambique uma questão controversa. Porque por um lado, embora seja reconhecida a sua importância na assistência às populações desfavorecidas e nos sectores sociais, por outro, o seu comportamento, metodologias e estratégias de intervenção nas comunidades assim como o balanço das suas actividades não é uma questão pacífica. Apontam-se por exemplo, os problemas resultantes das deficiências na coordenação com o governo que levam a ineficiência e ineficácia dos seus projectos de desenvolvimento. A fragilidade de coordenação é apontada como uma das causas que levam algumas ONG's a implementar seus projectos individualmente, por vezes em matérias fora da agenda do governo (Salimo, 2001). Questiona-se também a fraca participação das comunidades beneficiárias nos processos de tomada de decisão e capacitação das mesmas, no sentido de se garantir a sustentabilidade dos seus projectos, como também a proporção dos impacto versus – custos¹¹, estando a isto relacionado o facto do dispêndio de grande parte dos fundos dos projectos em questões administrativas.

É a partir deste conjunto de inquietações que se levanta a questão que orienta a pesquisa nos seguintes termos:

Em que medida as formas de intervenção das ONG's Internacionais (no caso específico, o projecto ProSAM da Visão Mundial no distrito de Milange) contribuem para o desenvolvimento agrícola das comunidades rurais?

Como fios condutores do trabalho, foram formuladas as seguintes hipóteses :

H.1 – O sucesso das intervenções da Visão Mundial depende de uma eficaz e eficiente coordenação entre estas, o Governo e as comunidades beneficiárias, no quadro dos programas e projectos de desenvolvimento;

¹¹ Existem relatos que referem que cerca de 60% dos custos dos projectos são gastos em serviços administrativos Entrevista na DPADR, Quelimane, 15.04.2003

H.2 – A não participação directa das comunidades beneficiárias nos processos de tomada de decisão, contribui para que o impacto seja negativo e as intervenções não sejam sustentáveis.

Fontes: Para a realização do trabalho foi feita uma revisão profunda da literatura relevante que abordam a temática em análise, nomeadamente o levantamento e consulta dos acervos documentais nas diversas instituições (biblioteca da UFICS, do CEA, da Faculdade de Letras, de Economia, de Agronomia, da LINK¹², PNUD, NET, MADER, MINEC, sites da Internet, entre outras). Privilegiou-se fundamentalmente duas fontes de informação (as primárias e secundárias) nomeadamente: documentação do projecto, dissertações, artigos de jornais, legislação, pessoas especializadas na área, pessoas informadas, gestores ou responsáveis dos projectos do sector agrícola das ONG's internacionais, autoridades governamentais, as próprias comunidades beneficiárias dos projectos, literatura devidamente orientada, nomeadamente monografias, livros e artigos diversos. Procurou-se focalizar a informação que tivesse temáticas sobre as ONG's, particularmente no sector agrícola em Moçambique, e sobretudo da região em estudo, isto é, a província da Zambézia, mais especificamente o distrito de Milange.

Através de consultas à bibliografia que aborda questões ligadas a análise das intervenções no âmbito do desenvolvimento rural e sobre as ONG's, bem como referente a avaliação de programas ou projectos de desenvolvimento centrando-se em experiências internacionais e nacionais, incluindo os conceitos de participação e desenvolvimento comunitário, tomada e implementação de decisões, procurou-se buscar ideias e "pistas de reflexão"¹³ acerca do foco da pesquisa (as actividades da Visão Mundial em Milange).

A literatura consultada e a documentação da organização em análise permitiu o contacto com questões básicas sobre os projectos de desenvolvimento, mesmo ainda antes da realização do trabalho de campo. Isto permitiu a confrontação com os resultados constatados no terreno.

¹²Biblioteca da LINK - Fórum de coordenação das ONG's nacionais e internacionais, Maputo.

¹³R.Quivy & Campenhoudt (1998).

Instrumentos de pesquisa: o trabalho foi desenvolvido fazendo primeiro, uma aturada revisão da literatura sobre a temática em análise e a região em estudo. Seguiu-se a realização do trabalho de campo com propósito de completar ou colmatar as lacunas ou aspectos que as literatura não fizessem menção. Para realização do trabalho de campo utilizou-se simultaneamente a observação directa e a observação indirecta para a obtenção de informação pretendida¹⁴ e entrevistas semi-estruturadas (individuais e colectivas) aos diferentes *stakeholders* desde os níveis central, provincial e distrital do governo, aos representantes e/ou coordenadores de programas ou projectos de ONG's, especialistas na área em estudo, aos beneficiários do projecto (comunidades locais e seus representantes), no sentido de se alargar e rectificar o campo de investigação, esperando que através destas se pudesse tomar consciências da dimensão e aspectos impossíveis de detectar a partir das leituras exploratórias. Foram realizadas entrevistas com três categorias de entrevistados: a primeira, com as autoridades governamentais ou administrativas; a segunda, com os gestores, coordenadores e técnicos de projectos, e a terceira com os beneficiários do projecto.

Realizaram-se no total 28 entrevistas, algumas das quais colectivas, dentre elas três (3) com grupos de produtores beneficiários do projecto em análise e uma (1) com os técnicos de comercialização e de extensão rural (extensionistas) do projecto. Para a recolha de informação no local da pesquisa foi tomada uma amostra aleatória simples de 42 beneficiários directos do projecto, pelo facto de se considerar que, estes mais do que ninguém serem os melhores avaliadores do impacto na comunidade, o que não significa no entanto, que se tenha ignorado as informações dos outros interlocutores. De modo a tornar a amostra mais representativa possível, procurou-se estratifica-la segundo o sexo e idade o que não foi possível pois poucas mulheres mostraram-se interessadas em colaborar. As entrevistas foram conduzidas particularmente em português mas, com os beneficiários

¹⁴Segundo Raymond Quivy & Luc Van Campenhoudt (1998), no caso da observação indirecta, o investigador dirige-se ao sujeito para obter a informação procurada. E ao responder às perguntas, o sujeito intervém na produção da informação. Enquanto que no caso da observação directa, o investigador procede directamente à recolha da informações.

auxiliadas por um interprete para traduzir na língua local (tchitchewa), e apenas uma em inglês. Alguns dos *stakeholders* encontravam-se ausentes.

Por uma questão de ética investigativa, explicou-se aos entrevistados a finalidade da pesquisa e o motivo da sua escolha, a importância que o trabalho terá para a comunidade e portanto a importância da colaboração pessoal do entrevistado.

Por se tratar de uma análise avaliativa de projecto, tomou-se por base a matriz do quadro lógico¹⁵ do projecto (vide em anexo), mas também a informação obtida através dos beneficiários. O quadro lógico sistematiza o estabelecimento de objectivos e hipóteses para um programa ou projecto de desenvolvimento e a posterior análise, realçando as relações de causa e efeito entre os elementos-chave proporcionando uma ferramenta para a sua apresentação.

Etapas da pesquisa: O trabalho foi desenvolvido em três fases: a primeira (de Outubro de 2002) que compreendeu a consulta da literatura, recolha e análise da documentação que versasse sobre o desenvolvimento rural, o papel das ONG's no desenvolvimento, particularmente no sector da agrícola, os programas e projectos da Visão Mundial consultando para efeito, os documentos primários – proposta de projectos, relatórios de actividades, etc.) e a literatura sobre a avaliação de programas e projectos de desenvolvimento particularmente nos países em desenvolvimento.

A fase seguinte (Abril a Maio de 2003) compreendeu a realização do trabalho de campo, ou seja, a recolha de dados empíricos na província da Zambézia entre a cidade de Quelimane e o distrito de Milange, através das diversas fontes, entre os quais a consulta dos documentos da região e da organização em análise (especificamente do ProSAM), entrevistas com os gestores e implementadores de projectos, as autoridades governamentais provinciais, distritais, membros da comunidade e outros *stakeholders* nomeadamente pessoas informadas, bem como através da observação directa e indirecta no local da investigação – o distrito de Milange.

¹⁵ Quadro lógico é o método para a análise e a apresentação dos elementos mais importantes de um projecto e as suas inter-relações (MNEF, 1997)

Finalmente, a terceira fase (Junho de 2003), foi o da análise e interpretação da informação colectada aplicando-se depois o método indutivo para a sua generalização a partir do estudo de caso de uma ONG internacional (no caso específico a Visão Mundial Internacional). Esta etapa culminou com a redacção do relatório final.

2.1 Constrangimentos

Ao longo da realização do trabalho alguns constrangimentos foram deparados:

Um primeiro constrangimento relaciona-se com a questão da limitação do tempo que impediu que de alguma maneira mais detalhes fossem tomados em consideração, como também se pudesse obter mais informação em todas as localidades abrangidas pelo projecto. Aliado a isto está também o facto de o trabalho de campo ter-se realizado muito tarde do que estava inicialmente previsto¹⁶, o que provavelmente implicaria um maior tempo para a análise dos dados recolhidos.

O facto de o autor não possuir domínio da língua local (Chichewa) dificultou a obtenção da informação directamente dos beneficiários tornando-se por isso necessário o recorrer-se ao uso de intérpretes para a tradução, o que poderá de alguma maneira ter contribuído para uma provável perda ou distorção da informação.

A falta ou praticamente inexistência de dados quantitativos referentes as campanhas agrícolas, tanto por parte das instituições governamentais como das ONG's, dificultaram sobremaneira uma análise comparativa mais exaustiva.

¹⁶ Inicialmente esta previsto que o trabalho de campo se realiza-se no período entre Fevereiro a Março de 2003, mas por factores alheios, só foi possível entre Abril e Maio do mesmo ano.

Capítulo III

ENQUADRAMENTO TEÓRICO- CONCEPTUAL

Neste capítulo apresentam-se as teorias de referência que orientaram em geral a pesquisa e os conceitos-chave usados no trabalho.

3.1 Perspectiva de Análise

Este trabalho vai situar as suas abordagens de análise nos actuais debates teóricos sobre o desenvolvimento dos países em vias de desenvolvimento como é o caso de Moçambique, fazendo apelo as tendências teóricas mais relevantes sobre o papel das ONG's no quadro da cooperação para o desenvolvimento e da melhoria de vida das populações rurais. Analisar-se-á o papel das ONG's numa perspectiva de desenvolvimento participativo, por focar as questões do envolvimento das comunidades locais, ou seja, a participação destas no processo de desenvolvimento.

Estudiosos de várias perspectivas de desenvolvimento têm defendido a parceria como sendo o único caminho viável a seguir se se pretender efectivamente o desenvolvimento das comunidades rurais. Na visão do Instituto de Desenvolvimento Rural (INDER), a parceria no desenvolvimento rural não constitui um caminho possível, ela constitui a única via para o alcance do desenvolvimento sustentável (Valá, 1999).

Segundo Kulipossa (1997), citando Turman, (1951), Kornhauser, (1955), Bentley, (1967) tanto as perspectivas pluralistas clássicas americanas e mais recentemente dos "cívicos republicanos," assim como os trabalhos escritos sobre a "crise de governação" entre outros têm abordado sobre o impacto das organizações voluntárias¹⁷ sobre a autoridade, capacidade e recurso base dos Estado. De acordo com esses estudos, essas organizações afectam o Estado em parte, através dos efeitos directos na sociedade civil e por criarem novas formas de autoridade e reciprocidade. Estas podem ainda afectar a base de recursos do Estado.

¹⁷ Organizações Voluntárias é uma outra terminologia para se referir as ONG's.

Muito do trabalho contemporâneo sobre a sociedade civil em África retira implicitamente suas hipóteses das visões pluralistas dos anos 50 (do séc.XX), segundo a qual a existência de muitos interesses, ONG's e outro tipo de organizações sociais facilita a estabilidade política e cria cidadãos educados e activos, equipados com valores democráticos (Kulipossa. 1997).

De acordo com estas teses, a proliferação de ONG's é tida como elemento facilitador de comunicação Estado-sociedade, assegurando um Estado credível e responsável.

Segundo Negrão (1997), desde sempre a moda determina qual a forma ou o pacote de acções que serão desenvolvidas junto das comunidades rurais. Embora muitas vezes as organizações sejam críticas em relação as modas ou aos seus autores, o facto é que a actuação no terreno segue, quase invariavelmente a mesma tendência em toda parte enquanto a moda está em voga. Para este autor, tanto as ONG's como as grandes agências de apoio ao desenvolvimento suportadas pelos estados do Norte, usam este «vestuário» da moda, que apesar de mudarem ao longo dos tempos, tendem sempre a ser universais. Para ele, não está em causa a mudança em si, mas sim o carácter universal da sua aplicação.

José Negrão, um dos mais conceituados investigadores sobre as questões de desenvolvimento rural em Moçambique, reconhece a ajuda ao desenvolvimento via ONG's como sendo uma dessas "modas" e até algo positivo para o desenvolvimento das comunidades rurais, pelo facto desta conduzir a um maior envolvimento e responsabilização da sociedade civil e ao aumento da eficiência. No entanto, refere que a experiência moçambicana tem demonstrado haver alguns pontos negativos que devem ser repensados (Negrão1997). Entre as dificuldades, aponta como a mais significativa a tendência para a deterioração das instituições do Estado¹⁸. Aqui, refere-se, particularmente a ineficiência do governo por um lado, e um "braço de ferro" constante entre as ONG's (estrangeiras e as suas congéneres nacionais) por outro. Uma outra dificuldade prende-se

¹⁸ Refere-se particularmente a incapacidade de o Estado poder coordenar e supervisionar as actividades das ONG's

com a ineficiência na utilização do capital disponibilizado. Por último aponta a quase inexistência de estudos de viabilidade para muitas das agências e ONG's. Segundo ele, a isto está subjacente muitas vezes os "mitos"¹⁹ que no final da década 70 se pensava já terem sido ultrapassados, mas que voltaram a surgir na actualidade.

Esta tese de Negrão procura demonstrar que o problema da ajuda ao desenvolvimento das comunidades rurais não está na mudança da moda em si,²⁰ mas o carácter universal da sua aplicação ignorando as especificidades de cada caso específico.

Geralmente existe uma tendência em encarar a ideia de desenvolvimento dentro de uma perspectiva economicista. Porém, a realidade tem demonstrado ao longo do tempo, não existirem formulas²¹ "miraculosas" nem receitas universalmente aplicáveis para resolver os problemas de desenvolvimento. Neste sentido, defende Valá (1998) que cada país, cada comunidade e cada geração tem a responsabilidade de identificar e adoptar formulas apropriadas as suas realidades em função das suas especificidades. Quer dizer, o processo de desenvolvimento é situacional, pois as características dos processos de desenvolvimento variam porque varia também o meio onde ele ocorre. Disto resulta que, qualquer estratégia para a promoção do desenvolvimento rural não deverá ser rígida nem prescritiva. O que significa que um dos ingredientes indispensáveis para a promoção do desenvolvimento rural, deve ser o fornecimento às comunidades, das ferramentas necessárias para fazerem iniciar e sustentar a dinâmica endógena do desenvolvimento, o que na linguagem desenvolvimentista se designa por *empowerment*.

Quanto as teorias de participação duas principais podem descritas: a institucionalista e a Procedimentalista. Enquanto a abordagem institucionalista fundamenta a sua análise na relação causal *descentralização-participação comunitária*, isto é, a descentralização como

¹⁹ Negrão distingue 4 pressupostos mais comuns que derivam dos mitos, nomeadamente: o mito da subsistência, da insuficiência de capital, da estagnação tecnológica e o mito da comunidade homogénea.

²⁰ Ele defende que as modas mudam ao longo do tempo. Mostra por exemplo as tendências de mudanças ao longo dos últimos 50 anos identificando algumas alterações positivas no tratamento da questão do desenvolvimento rural. Para elucidar refere que antes os beneficiários eram tidos como receptores passivos da ajuda internacional ou como mão de obra para os empreendimentos empresarias, mas que actualmente há preocupação de os ter como actores principais na escolha, no uso, na aplicação e no desenvolvimento dos bens e serviços prestados (Negrão 1997).

²¹ Uma dessas formulas que mais se tem propalado actualmente são as parcerias.

o garante da participação comunitária a abordagem procedimentalista dá ênfase a dinâmica e capacidade das instituições descentralizadas e do seu relacionamento com as comunidades (Canhanga, 2001). Sob este ponto de vista, a participação é promissora quando incentivada por associações voluntárias ou ONG's e não somente por autoridades descentralizadas. O presente trabalho será orientado fundamentalmente nesta segunda perspectiva por fundamentar que as ONG's oferecem um sistema aberto, transparente, o que permite uma maior participação das comunidades, constituindo deste modo um importante instrumento para a promoção do desenvolvimento das comunidades rurais.

Uma das frequentes causas dos problemas nos projectos de desenvolvimento tem sido a falta de conhecimento por parte dos planificadores sobre o grupo-alvo, conforme tem sido comprovado nos vários relatórios de avaliações e estudos. A razão é que as organizações, autoridades e grupos de interesse, possuem motivações e interesses diferentes sendo por isso importantes que estes sejam analisados. Aliás, um dos requisitos de todos os projectos de desenvolvimento é que os objectivos devem reflectir as necessidades da sociedade e dos grupos de interesses (NORAD, s/d).

3.2 Conceitos-Chave

Nesta secção são definidos os principais conceitos usados no trabalho nomeadamente: *Desenvolvimento; ONG's; Coordenação; Participação Comunitária; Parceria, Projecto, Sustentabilidade e Impacto.*

1. *Desenvolvimento*: Como muitos dos conceitos das Ciências Sociais, não existe uma definição universalmente aceite de desenvolvimento. Em parte, isso resulta do facto de o desenvolvimento não ser uma coisa concreta, com existência objectiva, nem ser um processo autónomo em si próprio independente, mas resultante de um conjunto de factores (MADER, 2000).

De acordo com Souza (1993), destacam-se duas grandes correntes que abordam esta questão. Uma primeira²² (em descredito cada vez mais), considera o desenvolvimento como sinónimo de crescimento, ou seja, confunde o crescimento económico com o desenvolvimento. Os defensores desta corrente, defendem o desenvolvimento como sendo a simples variação quantitativa do produto nacional. A segunda corrente faz uma nítida distinção entre o crescimento económico e desenvolvimento. Para esta corrente, enquanto que o crescimento económico pode ser entendido como a simples variação quantitativa do produto nacional, ou seja os níveis de produção e de produtividade, o desenvolvimento por sua vez constitui um processo que envolve mudanças qualitativas no modo ou nível de vida das pessoas, nas instituições e nas estruturas produtivas (Souza, 1993).

Neste trabalho, será adoptado o conceito defendido pela segunda corrente, por se considerar o que melhor responde os objectivos do mesmo, até porque o da primeira corrente encontra-se já em descredito.

2. *ONG*: Diversas são as maneiras de se definir as organizações não-governamentais (ONG's), tornando-se assim difícil o estabelecimento de uma definição mais coerente e universal de ONG. Comumente, o termo designa a todas as organizações da sociedade civil que trabalham de forma autónoma e sem vinculo com o governo, resultando desta assunção a inserção indistintamente na mesma tipologia, todas as organizações da sociedade civil.

Da literatura consultada (Ball & Dunn, 1995; Pitschas, 1995; Hudock, 1999), permitiu inventariar as principais características destas organizações, nomeadamente: *Voluntárias; Independentes ou autónomas; Não lucrativas.*

Em Moçambique também, alguns autores têm vindo a reflectir sobre as ONG's. Por exemplo, Langa (1993) citado por Monteiro (1995) como proposta de definição considera como sendo "organizações voluntárias que trabalham com e muitas vezes no interesse de

²² Enquadram-se nesta corrente os modelos de crescimento de tradição neoclássica como as de Meade, Harrod e Domar.

outras” estando os seu trabalho e actividades focalizados em questões e pessoas, que vão além do seu próprio pessoal e membros. Ele compara ainda estas com as organizações de pessoas (OPs), concluindo que a diferença entre estas não é rígida. Por sua vez, Ginja (1993), considera as ONG's como “organizações que não fazem parte do governo, não são partidárias, são voluntárias e dedicam-se a desenvolvimento nacional, regional podendo ainda receber ajuda internacional.”

Estas definições são de utilidade operatória e como tal contém elementos reduccionistas. No caso vertente, elas servem para enumerar certos atributos à esse tipo de organizações, nomeadamente: São não governamentais, e como tal situam-se na esfera da sociedade civil; Não são lucrativas, isto é, não exploram a força de trabalho assalariada com vista a obtenção do lucro e nem são empresas capitalistas; Vivem de contribuições monetárias e matérias de origem diversa (nacionais e internacionais); Estão ligadas à sociedade civil por laços de solidariedade e orientadas para a satisfação de necessidades tendo em conta os valores e finalidades.

Neste trabalho, adopta-se a definição proposta por Ball e Dunn, por se considerar a mais abrangente e que melhor se adequa ao propósito do trabalho, segundo a qual as ONG's são:

“Organizações que não servem interesses próprios dos membros, mas estão preocupadas de uma forma ou de outra, com os desfavorecidos ou em questões que degradam o bem estar, circunstâncias ou programas da população ou da sociedade como um todo ” (Ball e Dunn, 1995).

Coordenação: segundo Litter (1991) citado por Capaína (2002), diz respeito principalmente à relações entre tarefas ou actividades que precisam enquadrar-se tanto na forma como no tempo, numa consecução integrada de um propósito global. A ênfase é dada aqui na integração e sincronização de esforços entre as partes de uma organização de modo a maximizar os recursos existentes para a prossecução dos objectivos almejados.

De acordo com Tenório (1998), a coordenação permite a maximização do uso de recursos existentes, promovendo a integração das diferentes actividades da organização de modo a

evitar duplicação de esforços. A coordenação, será entendida neste trabalho como o conjunto de procedimentos entre eles a comunicação, que permitem o enquadramento de políticas ou programas, projectos, recursos e actividades, de forma integrada com vista a realização de propósito específico.

3. Participação Comunitária: constitui um dos mais controversos conceitos no âmbito das Ciências Sociais e das problemáticas de desenvolvimento em virtude da sua utilização com significados diversos e até contraditórios. A expressão passou a integrar a terminologia de desenvolvimento na década 50 (do século XX), para justificar que a promoção e o sucesso dos projectos de desenvolvimento desenhados pelos governos ou instituições devem partir do envolvimento activo das comunidades locais (Sachs, 1997; Valá, 1998; Matsinhe, 1999).

Para Manor (1998), a expressão “participação comunitária no desenvolvimento” refere-se a uma participação mais ampla e tem um significado muito específico, pelo facto de dizer respeito a situações em que todos ou pelo menos a maioria dos indivíduos nas zonas rurais se juntam para construir alguma coisa.

Segundo Valá (1998) a participação comunitária é um processo segundo o qual os membros de uma determinada comunidade participam (eu diria envolvem-se), de forma activa e organizada na identificação e análise dos seus problemas, buscam conjuntamente soluções alternativas dos mesmos e mobilizam recursos para a realização de intervenções de desenvolvimento.

De acordo com Cohen e Uphoff (1997) citados por Chichava (1999), a participação deve ser entendida como o processo de envolvimento das populações nos processos decisórios, na implementação e avaliação dos programas cujos benefícios revertem à ela própria. Portanto, o termo participação é um conceito que chama atenção para a acção dos actores de desenvolvimento, a intervenção das comunidades ou grupos alvos dos programas e projectos de desenvolvimento (Paul, 1987; Salimo, 2001).

Apoiando-se nas definições dos autores acima referidos, neste trabalho, a participação comunitária diz respeito ao processo de “envolvimento” das comunidades beneficiárias de forma organizada e activa na identificação e análise dos seus problemas, na busca conjunta de soluções para os mesmos. Ou seja, refere-se a intervenção das comunidades ou grupos – alvos dos programas ou projectos na busca de soluções conjuntas para seus problemas.

4. *Parceria*: este conceito surgiu na terminologia do desenvolvimento nos últimos tempos e desde então tem adquirido significados diferentes em função do contexto no qual é usado. Silva (1995), refere que um acordo de parceria é um compromisso mútuo a longo prazo, para a cooperação, na base de uma visão comum de respeito e conhecimento mútuo das forças e fraquezas de cada uma das partes. Esta autora aponta os seguintes requisitos para uma relação de parceria: solidariedade mútua, colaboração na prática, crescimento colectivo, respeito mútuo pelas diferenças, envolvimento activo dos beneficiários, contribuição de cada parte em função da sua capacidade, potencialidades, transparências dos interesses de cada uma das partes, ênfase no consenso, complementaridade objectivos e metas a atingir.

5. *Projecto (de desenvolvimento)*: De acordo com o Ministério dos Negócios Estrangeiros da Finlândia-MNEF (1997), quando se fala em projecto de desenvolvimento, refere-se a diversos tipos de intervenção para o desenvolvimento delineados ou projectados para o alcance de objectivos específicos dentro do quadro de um determinado orçamento e organização e num dado período de tempo específico.

Neste trabalho, projecto (de desenvolvimento) será entendido como um conjunto de actividades de investimento no qual, recursos financeiros são despendidos para criar bases capitais que produzem benefícios para uma dada comunidade, durante determinado período de tempo.

6. *Sustentabilidade*: De acordo com Chonguiça (1997) o conceito de desenvolvimento sustentável foi formulado pela Comissão Mundial para o Ambiente e Desenvolvimento em 1987, fundamentado no princípio que preconiza a implementação de mecanismos de

desenvolvimento económico e social que satisfaçam as necessidades básicas das gerações presentes, sem, no entanto, comprometer as possibilidades de satisfação das necessidades das gerações vindouras. No contexto dos projectos de desenvolvimento, a sustentabilidade refere-se à continuação dos seus benefícios e impacto na comunidade aonde este estava sendo implementado, depois do projecto como tal ter terminado (MNEF,1997). Ou seja, trata-se da continuação do usufruto dos benefícios do projecto após o termino deste. É neste sentido que o termo será usado neste trabalho.

7. Impacto: Segundo o MNEF (1997), impacto refere-se aos resultados ou produtos das actividades que no seu conjunto alcançam o propósito de qualquer projecto de desenvolvimento. Os resultados incluem não apenas os produtos físicos, mas representam o início do aproveitamento dos benefícios sustentáveis. Neste trabalho, impacto refere-se aos resultados ou produtos das actividades dos projectos de desenvolvimento que no seu conjunto podem ou não alcançar o seu propósito.

Capítulo IV

AS ONG's INTERNACIONAIS NO DESENVOLVIMENTO EM MOÇAMBIQUE

4.1 Contextualização e Debate Teórico

O aparecimento das ONG's no início do século XX constitui a mais significativa alternativa para complementar o papel do Estado, em virtude da ineficácia deste prover as demandas sociais (Ball e Dunn, 1997). O seu crescimento nas últimas décadas, deu à elas uma crescente e importante função, levando-as a formação de um sector distinto dentro da sociedade civil.

Nas vésperas da viragem do século XX, o mundo confrontou-se com o crescimento de desigualdades sociais – acentuadas pelo fenómeno da globalização, que cria riquezas na mesma magnitude que acentua a pobreza dos excluídos do processo – e a constatação da ineficácia do Estado como o promotor da justiça social, considerado até então o remediador desses males (Ténorio: 1997). É neste contexto, marcado pela “impotência” do Estado em poder atender às demandas sociais, que surgiram propostas alternativas, a margem da esfera governamental, constituindo uma das mais significativas, o aparecimento das organizações não-governamentais (ONG's), conhecidas mais recentemente como “organizações do sector público não governamental” (Ball e Dunn, 1995), pelo facto de tais organizações, embora não fazendo parte do Estado, e nem a ele estarem vinculadas, revestirem-se de um carácter público.

Outro factor inerente ao crescimento destas organizações foram as falhas de mercado e a incapacidade do Estado poder prover com eficiência e eficácia os serviços públicos dando assim, espaço de acção das ONG's na complementaridade das actividades de carácter público (Idem,).

Foi assim que, a partir dos anos 70 do século XX, as teorias e práticas da Administração Pública viram-se fortemente influenciadas pela emergência do chamado terceiro sector – o sector das ONG's – considerado como sendo a ponte entre o sector público e o privado.

(Ball e Dunn, 1995). Quer dizer, o agravamento das condições sociais – em virtude de muitos factores como por exemplo, a fome, a seca, as cheias, a guerra, problemas ecológicos entre outros males – determinaram o aparecimento e conseqüente crescimento do papel das ONG's como agentes de mudança e de desenvolvimento.

Desde então, a ajuda aos países subdesenvolvidos, via ONG's tornou-se num paradigma dominante, assumindo-se como a melhor alternativa e uma receita universal adoptado pelos doadores ocidentais no que se refere a estratégias de desenvolvimento sobretudo nos países africanos, no sentido de que estas mais do que os governos lidam directamente com as comunidades locais beneficiária da ajuda.

É deste modo que se verifica em Moçambique, como em quase todos países subdesenvolvidos, o surgimento de um grande número de ONG's no quadro da ajuda externa. Portanto, foram as circunstâncias políticas e económicas internas que condicionaram a ajuda e por conseguinte a emergência das ONG's. Corroborando esta tese, Ginja (1993), refere que o aumento de ONG's na década 80 está associado a distribuição da ajuda alimentar de emergência.

Para o caso específico de Moçambique, foi no contexto da ajuda de emergência, consequência dos efeitos ecológicos e da guerra civil que no início da década 80 aparecem as ONG's internacionais. Com o fim da guerra e a assinatura do Acordo Geral de Paz e mais tarde a realização das primeiras eleições, as suas acções passaram de emergência para o desenvolvimento, desenvolvendo as suas actividades nos mais diversos sectores da vida social moçambicana destacando-se o agrícola. Estas foram pioneiras na prestação/provisão de serviços visando o bem público, como também o foram na preocupação com os desfavorecidos e com questões que impedem o bem estar social (Salimo, 2001). Na mesma senda, Gangrade & Socryamoorthy (1995) afirmam que as ONG's são mais sensíveis às necessidades das comunidades, pelo facto de que os seus programas e políticas serem determinados pela sua proximidade às pessoas.

No entanto, Tenório (1997) observa que, a gestão desse tipo de empreendimento têm seguido caminhos diversos daqueles dos sectores privado e governamental. Portanto, essas entidades por estarem preocupadas com a acção social transformadora, baseada em valores como a solidariedade e confiança mútua, não se dedicam a administrar no sentido clássico do termo. Assim, por terem desenvolvido um estilo característico de gestão, estas entidades encontram dificuldades na execução de suas tarefas, ainda que diferente das enfrentadas pelas empresas tradicionais.

Segundo Ball e Dunn (1995), de uma forma geral é reconhecida que esta quantitativa e qualitativa explosão de ONG's é benéfica para o bem estar do mundo. No entanto, reconhecem que apesar da sua expansão como um sector importante da sociedade civil, poucas são as que tem bem definido o seu "escopo" de trabalho. Até porque, é também reconhecido que as práticas das ONG's variam largamente, conduzindo nalguns casos à confusões sobre o seu papel e funções, assim como a suspeita por parte de alguns governos, que as vêem como uma ameaça. Mas também, têm emergido modelos de boa política, assegurando indicadores e performances muito úteis.

Entretanto, não apenas em Moçambique, como em toda parte onde estas actuam, divergem-se opiniões entre os *stakeholders*, quanto a eficácia das intervenções das ONG's no processo de desenvolvimento, suscitando deste modo, discussões nos diferentes campos da vida social (entre políticos, académicos, etc.). Assim, no plano doutrinário, tem sido legitimamente sustentado que as ONG's trazem consigo alguns aspectos teleológicos. Boutros Ghali, por exemplo, ao analisar o papel das ONG's no processo de desenvolvimento das comunidades locais, defende que:

*"As ONG's são os maiores contribuintes e componentes no desenvolvimento das estratégias sócio-económicas: constituem um grupo de pressão para que os governos e doadores honrem os seus compromissos para com os destinatários da ajuda internacionalmente acordada porque as suas técnicas e habilidades de trabalhar directamente com as comunidades pobres, rumo à auto-suficiência são universalmente reconhecidas e louvadas"*²³

²³ Boutros Ghali, In: Directório das ONG's em Moçambique (1997), KULIMA, Maputo.

Esta tese de Boutros Ghali mostra uma certa relação com os avisos muitas vezes defendidos por organismos e organizações doadoras com dimensão e experiência da ONU e instituições financeiras como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional segundo os quais o “excesso de centralismo constitui um dos factores impeditivos do progresso nos países subdesenvolvidos” (MAE; 1992 citado por Canhanga, 2001).²⁴

Sob esta perspectiva, os argumentos baseiam-se no facto de as ONG's oferecerem um sistema aberto, transparente e responsável que permite a participação das comunidades, pressupondo, serem estas um instrumento para a promoção eficaz do desenvolvimento das comunidades rurais necessitadas. Ainda na mesma linha de pensamento, Kulipossa (1997) também refere que elas constituem os focos de formação de organização da sociedade civil capazes de inferir nas respostas às necessidades sociais das populações e na transposição dessas necessidades em exigências políticas aos decisores.

Contudo, no contexto actual, em resultado das experiências vividas, alguns *experts* e entendidos na matéria interrogam-se quanto a pertinência e capacidade promissora das ONG's para o desenvolvimento dos países pobres. Por exemplo, Domingos Major²⁵ (1995) ao referir-se sobre a ajuda externa, defende que volvidos quase meio século do movimento de ajuda ao desenvolvimento dos Países pobres, dos quais Moçambique faz parte, constata-se o fracasso dessa mesma ajuda, ou pelo menos, grande parte desse “esforço,” pois a maior parte da população destes Países, continua numa situação de sobrevivência, levando a que muitos dos responsáveis pelas políticas económicas e de desenvolvimento, assim como de académicos a questionarem as estratégias de desenvolvimento que mantêm os Países dependentes.

Para Adam e Coimbra (Sogge: 1997), com seu estilo de análise muito crítico referem que a ajuda internacional ao desenvolvimento ou da solidariedade social global desempenha funções contraditórias no sistema mundial: se por um lado, cria alternativas de desenvolvimento, elimina as contradições e dificuldades de acesso igual aos recursos, por

²⁴In: *Autarquias Locais em Moçambique: antecedentes e regime jurídico*, pp. 13-28..

²⁵ Domingos Major é membro da ADRA, uma ONGs que actua na área agrícola em Angola e Moçambique.

outro, reproduz o actual sistema mundial com as desigualdades e relações diferentes entre os diversos Estados e povos. Todavia, existe um vasto terreno para melhorar as práticas, encontrar e sugerir panoramas alternativos de desenvolvimento e processos de ajuda capazes de desenvolver sinergias.

Hanlon (1997) por seu turno, a despeito de reconhecer a importância que as ONG's têm, refere que embora todas digam pretenderem dar apoio institucional (*capacity building*), a maioria promove a redução de capacidade. Ele aponta por exemplo que roubam quadros locais tanto do governo como da sociedade civil e criam projectos complexos impossíveis de dirigir localmente. No seu entender, a necessidade chave é de apoiar as organizações sistemas de provisão de serviços existentes e de proporcionar a formação e recursos que requerem. Segundo ele, o verdadeiro apoio institucional é a ajuda para que os grupos tomem a suas próprias decisões e as implementem.

Para elucidar este aspecto negativo da intervenção das ONG's Hanlon refere que um levantamento no distrito de Chiúta em Tete, feito pelo Centro de Estudos da População (CEP) da Universidade Eduardo Mondlane, observou-se que os camponeses locais consideraram que os doadores actuam apenas como fornecedores de bens e meios; a melhoria dos sistemas de funcionamento e de gestão não é admirada. Segundo este estudo, a preocupação maior dos doadores é com o "hardware" ignorando o "software," o que significa que eles preocupam-se mais com o fornecimento de bens e meios, ou seja, instrumentos matérias e não com a capacitação dos beneficiários para a sua sustentabilidade. O mesmo levantamento acrescenta que, os camponeses locais queixam-se da maneira como as ONG's insistem em construir algo novo, em vez de ajudá-los a operar o que a ONG's anteriores construíram (Hanlon, 1997).

Do acima exposto, constata-se que o papel das ONG's internacionais em Moçambique é uma questão controversa. Por um lado, e-lhes concedido uma importância na assistência às populações mais desfavorecidas e nos sectores sociais, por outro, o seu comportamento, os métodos e estratégias de intervenção e o balanço das suas acções não é uma questão pacífica. Porém, apesar das críticas que lhes possam ser feitas, elas têm desempenhado um

papel muito importante na assistência e desenvolvimento das populações mais necessitadas e por vezes mesmo a única assistência às comunidades das zonas mais remotas do país, pois em algumas dessas zonas praticamente substituíram o Estado (Faria e Chichava, 1999).

De forma geral, elas têm dado um bom contributo para as comunidades rurais, embora algumas vezes o seu impacto não seja na mesma proporção dos custos que os seus projectos implicam. Mas, em hipótese nenhuma pode dizer-se que as ONG's não contribuem. Contudo, estas precisam de orientar mais os seus esforços para a vertente de *capacity buiding* das comunidades e organizações locais na perspectivas de garantir a sustentabilidade das suas actividades.

4.2. Quadro Legal e Institucional das Actividades das ONG's Internacionais em Moçambique

As sociedades democráticas caracterizadas particularmente pela concessão de direito a liberdade de associação aos cidadãos deram origem as mais diversas formas de e tipos de associações (grupos políticos, religiosos, sindicatos e associações comerciais, profissionais, desportivas, culturais, artísticas, recreativas, etc.). É nesse contexto de exercício desse direito de liberdade característico das sociedades democráticas que surgem e operam as ONG's (Ball e Dunn, 1995).

De facto a promoção e o desenvolvimento das ONG's depende dos governos, na medida em que é graças a criação e aprovação de instrumentos legais que se fundamenta o exercício das sus actividades. Assim, o aumento do leque da diversidade das actividades e tipos de ONG's conduz a uma situação em que sejam registadas e incorporadas numa grande variedade de formas legais.

Para o caso específico moçambicano pode facilmente verificar-se a diferença do desenvolvimento e exercício das ONG's nos dois grandes períodos que marcam a história do país (monopartidarismo e multipartidarismo, actualmente vigente).

Em Moçambique a livre criação de associações encontra-se prescrita na lei n° 8/91, de 18 de Julho, que prevê no seu artigo 17° a autorização do exercício das actividades das ONG's internacionais mediante um pedido ao governo. Mas, é o decreto n° 55/98, de 13 de Outubro, que cria o quadro legal que define os critérios de autorização, dos objectivos e dos mecanismos de actuação das ONG's internacionais²⁶.

O Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação (MINEC) constitui o órgão central a quem cabe a responsabilidade para o registo das ONG's internacionais cabendo ao Ministro a competência para autorizar ou não o início das actividades, ouvido o órgão central de tutela²⁷.

De acordo com o decreto 55/98, de 13 de Outubro, entende-se por ONG's as pessoas colectivas de direito privado, de natureza não lucrativa, envolvidas nomeadamente em programas de emergência, reabilitação ou de desenvolvimento, podendo ser associações, fundações ou outras pessoas colectivas e que persigam fins que visem o desenvolvimento social e económico. O seu papel é descrito como complementar as iniciativas do governo.

A partir deste quadro legal torna-se difícil a distinção entre as ONG's e outras formas de organizações da sociedade civil, pelo facto de se tratar de uma definição muito ampla não permitindo essa distinção. A lei também não reflecte na essência a diversidade crescente das ONG's. Portanto, existe um reconhecimento generalizado, quer por parte das ONG's como de alguns entendidos na matéria, de que a legislação não tem alcance suficiente para fazer face a diversidade das actividades desenvolvidas por essas organizações (Salimo, 2001). No entanto, as ONG's procuram operar dentro dos parâmetros dessa lei.

De forma geral pode-se considerar o processo de registo das ONG's internacionais como simples, mesmo assim, existem algumas ONG's a operar em Moçambique que não estão registadas no MINEC. Tal facto é do conhecimento do MINEC embora não seja de índole oficial como referiu um funcionário do ministério:

²⁶ As ONG's nacionais são regidas apenas pela Lei n° 8/91, de 19 de Julho e tuteladas pelo Ministério da Justiça.

²⁷ Decreto n 55/98, de 13 de Outubro, artigo 5°

“ Existem algumas ONG's internacionais a operar cá em Moçambique mesmo não estando inscritas no MNEC. Isto se verifica em parte porque alguns acordos com essas organizações para a sua entrada são feitos directamente entre elas e os governos provinciais... ”²⁸

Este aspecto pode mostrar a incapacidade do próprio órgão que tutela essas organizações, mas também pode ser resultado da ponderação do que realmente está a acontecer:

“Algumas vezes o governo não age de imediato por falta de instrumentos legais mas por ponderação relativamente as consequências que possam daí resultar. Talvez tendo em conta os países donde elas são oriundas (...).”²⁹

De acordo com Faria e Chichava (1999), embora o Estado tenha vindo desde 1995 a apresentar propostas de códigos legais para a regulamentação das actividades das ONG's, seus direitos se deveres, tem contudo encontrado oposição por parte delas que vêm a atitude e propostas do governo mais como tentativa de controle das suas acções do que uma abertura para um efectivo diálogo e participação das ONG's na planificação e formulação de políticas de desenvolvimento. Outro aspecto refere-se ao facto de não estar claro quais os órgãos que a nível provincial e distrital devem servir de interlocutores e coordenadores das acções das ONG's. Na prática, a verdade é que se verificam deficiências de controle, coordenação, de informação, de responsabilidades por parte das instituições estatais e falhas na legislação sobre determinadas situações como se referiu um dos entrevistados:

“Veja que por exemplo, a nível provincial não está indicada nenhuma instituição de âmbito governamental que controle as actividades das ONG's (...); nós não temos o poder sobre as ONG's...”³⁰

No que respeita a influência da legislação moçambicana na implementação dos projectos das ONG's, alguns dos entrevistados lamentaram o facto de, por vezes as tarifas/taxas alfandegarias dificultarem a sua execução.

²⁸ Entrevista no MINEC, dia 03 .04. 2003

²⁹ Entrevista na Visão Mundial-Maputo, 08.04.2003

³⁰ Entrevista na DPADR, Quelimane, 18.04 2003

4.3. As ONG's Internacionais no Quadro da Ajuda de Emergência Versus Desenvolvimento

Passados alguns anos, a visão socialista de desenvolvimento adoptada pela FRELIMO imediatamente a seguir a independência mostrou-se ineficaz e irrealista, pois verificou-se que em vez de melhorar o bem estar social, o acesso a saúde, escola, água potável, maior dignidade humana, a população moçambicana enfrentou difíceis momentos³¹. Por exemplo, Abrahamsson e Nilsson (1998) referem que a década 80 não só foi uma década perdida mas também devastadora em que as condições de vida de uma grande parte da população moçambicana foram piores que durante o período do trabalho forçado e da época colonial.

A guerra de desestabilização militar e económica de que Moçambique foi alvo, destruiu particularmente as infra-estruturas físicas e sociais, afectando gravemente as populações das zonas rurais. Mais de 1/3 da população foi obrigada a abandonar as suas terras, a procurar refúgios nas cidades, a mudar-se para os países vizinhos e para áreas mais seguras do país. Estas constantes deslocações levaram a extrema utilização dos solos e grandes abates florestais, aumentando deste modo a vulnerabilidade ecológica (Abrahamsson e Nilsson; 1998).

Foi em consequência dos efeitos económicos da guerra de desestabilização militar e da seca que assolou a região Austral de África na década 80 que Moçambique viu aumentar a necessidade de ajuda internacional, particularmente em forma de ajuda alimentar para as populações empobrecidas.

No entanto, a pesar dos vários e repetidos pedidos feitos por Moçambique a comunidade doadora internacional, demorou mais de um ano para que a primeira ajuda de emergência chegasse às populações. Este facto demonstra que a ajuda de emergência internacional

³¹ Dito isto não significa que, a causa desta situação trágica porque o país passou a residir apenas exclusivamente na estratégia de desenvolvimento, particularmente a política agrária seguida pelo governo (factores internos); Uma outra explicação é dada por factores externos que não permitiam a implementação da estratégia de desenvolvimento do governo, nomeadamente a desestabilização sul-africana e os factores naturais (Abrahamsson, e Nilsson, 1998: 73).

(ocidental) assentava em condicionalidades políticas impostas pelos doadores, particularmente os EUA. Tais condições políticas da ajuda são claramente expressas por um funcionário do Ministério dos Negócios Estrangeiros de Washigton da seguinte forma:

“Tomamos bem claro ao governo de Moçambique que a nossa ajuda alimentar é política. Existe sempre condições para a ajuda, apesar de muitas vezes não serem explicitas. Moçambique teve que demonstrar a vontade de mudar a sua política económica para ter melhores relações conosco. Esta mudança era necessária de qualquer modo porque os africanos são capitalistas; os africanos não gostam de socialismo”.³².

Uma outra condição para receber a ajuda alimentar internacional era a garantia de que os bens alimentares chegariam realmente aos beneficiários, ou seja as populações necessitadas. As exigências dos americanos era de que a distribuição fosse feita por estruturas paralelas, separadas do Estado nomeadamente as ONG's. Por seu lado, o governo moçambicano defendia que não deveriam ser permitidas tais estruturas e que as medidas de prevenção e combate às catástrofes naturais constituíam um assunto nacional moçambicano.

Só em 1984 altura em que a fome assolou a província de Inhambane chegou-se a um compromisso. Foi autorizada a entrada da CARE (Concerned Americans for the Reconstruction of Europe), a primeira ONG americana, uma empresa de consultoria com a responsabilidade executiva pela distribuição da ajuda alimentar de emergência.

Nos finais da década 80, os doadores exigiam cada vez mais que a distribuição fosse feita por estruturas paralelas separadas do Estado e do Departamento de Prevenção e Combate as Calamidades Naturais (DPCCN) e que deveriam ser controlados por órgãos multilaterais das Nações Unidas ou ONG's internacionais (Abrahamsson e Nilsson; 1998).

Apesar da presença da CARE no DPCCN, vários doadores, incluindo os EUA, preferiam canalizar a sua ajuda de emergência para as ONG's por considerarem estas possuírem mais facilidades em manter o contacto directo com populações necessitadas do que a

³² Abrahamsson e Nilsson (1998) citando Hanlon (1991:43)

administração moçambicana. Entre as maiores ONG's destacam-se a Cruz Vermelha Internacional, a Visão Mundial, a Caritas, a Oxfam e os Médicos Sem Fronteiras (Abrahamsson e Nilsson; 1998).

Embora a CARE tenha sido contratada com o propósito de prestar assistência técnica a DPCCN- UAL (Unidade de Apoio Logístico), tal assistência foi pouco eficaz porque ela não deu os resultados devidos. Aliás, em muitos casos foram os moçambicanos que deram formação ao pessoal externo quando deveria ser o contrário (Abrahamsson e Nilsson; 1998).

Durante a guerra civil, as ONG's tiveram um papel de liderança na canalização de ajuda de emergência para as pessoas e refugiados. Com o final da guerra 1995, os trabalhos dessas organizações passaram de ajuda de emergência para o desenvolvimento continuando sendo estas o principal veículo de transporte de ajudas de desenvolvimento sejam multi ou bilaterais. Foi durante este período que se registou a entrada de maior número de ONG internacionais em Moçambique, que por seu turno impulsionaram o surgimento das suas congéneres nacionais. Actualmente existem cerca de 173 ONG's internacionais registadas no MINEC³³.

Embora o seu papel seja hoje uma questão controversa, em situação nenhuma se pode dizer que as ONG's não dão nenhum contributo. Até porque devido os seus recursos financeiros e humanos, elas constituem um parceiro importante para o desenvolvimento das comunidades rurais. Em algumas zonas dos país estas praticamente substituíram o Estado. Porém, elas precisam de reforçar mais a componente de *empowerment* das comunidades e organizações locais de modo a garantir a sua sustentabilidade. Uma das formas de alívio a pobreza via o desenvolvimento agrícola nas zonas rurais adoptado pelas ONG's tem sido a diversificação de culturas. Estas, em coordenação com o governo tem promovido e encorajado aos camponeses pra diversificarem a produção. No entanto, são também relatados alguns casos de competição entre elas e estas com as suas congéneres nacionais

³³ Na realidade, o número de ONG's a actuar em Moçambique é bem maior, o que vem provar mais uma vez a fragilidade do Estado moçambicano.

no que respeita a aquisição de fundos junto dos doadores. As actividades desenvolvidas pelas ONG's incluem o treino e capacitação tanto dos camponeses (produtores) como do *staff* das instituições governamentais e organizações da sociedade civil, identificação, teste e promoção de sementes de novas variedades de culturas de rendimento e fomento no uso de novas tecnologias.

A falta de órgãos e mecanismos legais nas províncias e distritos para a coordenação e controle das suas actividades constitui um obstáculo para a efectiva actuação das ONG's.

Capítulo V

O ESTUDO DE CASO: A VISÃO MUNDIAL NO DISTRITO DE MILANGE

5.1 Breve Historial da Visão Mundial

A Visão Mundial Internacional é uma organização humanitária não-governamental cristã de ajuda e de desenvolvimento que trabalha para o bem de todas as pessoas, especialmente crianças. Estabelecida oficialmente a 22 de Setembro de 1950 nos EUA, o movimento teve o seu início na Ásia (Coreia) com um evangelista americano, o Reverendo Bob Pierce. Pierce após ter-se deparado com centenas de crianças órfãos sofrendo vitimas da cruel guerra na Coreia começou a sensibilizar ajuda a singulares para apoiar aquelas crianças. Ele começou a apelar aos cristãos norte-americanos a ajudar aqueles órfãos coreanos tornando-se seus patrocinadores particulares. O patrocínio era feito então particularmente à aquelas crianças cujas fotografias eram recebidas e suas histórias contadas. A Visão Mundial começa assim, com este primeiro grupo de órfãos coreanos patrocinados³⁴. A partir daí começa a expandir as suas actividades pelo mundo fora. Trabalhando actualmente em cerca de 90 países, é uma das maiores organizações cristãs de ajuda e de desenvolvimento no mundo.

Em Moçambique, as actividades da Visão Mundial começam pela primeira vez em 1984, na província de Tete em resposta as necessidades que o país atravessava como consequência da guerra civil e das calamidades naturais através dos seus escritórios em Zimbabwe. As suas actividades consistiam então na distribuição de bens alimentares (milho, feijões, óleo alimentar. etc). Só em 1987 estabelece-se oficialmente em Moçambique³⁵. Desde então a Visão Mundial trabalhou na reposição da produção agrícola dos refugiados no Centro e Norte do país através de ajuda alimentar, distribuição de sementes e ensino de técnicas agrícolas, bem como no apoio sanitário de emergência. Após

³⁴ Jee Yung Oh, actualmente casada foi uma daqueles primeiros órfãos coreanos patrocinados pela Visão Mundial (Discover-1999 World Vision anual review).

³⁵ Entrevista na Visão Mundial-Maputo, 09.04.2003

a assinatura do acordo geral de Paz em 1992, iniciou a transição de emergência para programas de desenvolvimento, tendo definido sua grande meta o aumento da segurança alimentar ao nível do sector familiar, saúde e bem estar nas zonas rurais, através de acções de desenvolvimento sustentável de recursos humanos e tecnológicos.

5.2. As Intervenções da Visão Mundial na Zambézia

Na província da Zambézia, aonde o estudo foi realizado, a Visão Mundial-Moçambique³⁶ ramificação da Visão Mundial-Internacional é das mais conhecidas ONG's internacionais que trabalha no desenvolvimento agrícola tendo já uma larga experiência em programas de desenvolvimento agrícola .

Na Zambézia a Visão Mundial tem estado a trabalhar no desenvolvimento rural desde 1993 tendo como primeiro objectivo melhorar a saúde e a segurança alimentar das populações rurais. A organização já trabalhou nos distritos de Gilé, Gurué, Morrumbala, Nicoadala, Namacurra e Mocuba. Este número viria a ser alargado em Outubro de 2001 com a incorporação dos distritos de Namarrói, Lugela, Alto Molocué, Inhassunge e Mopeia como áreas de intervenção. As actividades levadas a cabo incluem treinos tanto dos produtores como capacitação do *staff* do Ministério de Agricultura e Desenvolvimento Rural; identificação, teste e promoção de novas variedades de sementes de rendimento aos pequenos produtores; fortalecimento de tecnologias e a criação (formação e legalização de associações de produtores). A Visão Mundial tem estado também a trabalhar com algumas ONG's locais, assistindo-as na gestão de pequenos projectos e sub-concessões.

A Visão Mundial trabalha em parceria com vários ministérios na implementação de vários programas, sobretudo com o MADER, MISAU e o MOPH a nível provincial. O mapa em anexo ilustra a localização dos actuais projectos na área da agricultura da Visão Mundial em Moçambique.

³⁶ A denominação Visão Mundial-Moçambique é da responsabilidade do autor, porque não existe oficialmente como tal. O que existe é uma intenção neste sentido estando neste momento a correr um processo jurídico-legal com vista a esta designação, altura em que passará a ser uma ONG nacional.

5.3 O Projecto de Segurança Alimentar de Milange (ProSAM): sua concepção, objectivos e estratégias de intervenção

O Projecto de Segurança Alimentar de Milange (ProSAM) é um projecto financiado pela União Europeia e a Visão Mundial-UK, sendo a Visão Mundial-Moçambique o agente implementador em parceria com a Solidariedade, uma ONG nacional e foi desenhado para um período de vida de três (3) anos (Outubro de 2000 a Setembro de 2003).³⁷

O projecto tem como objectivo geral promover a segurança alimentar sustentável aos habitantes do distrito de Milange, Província da Zambézia, alcançado através de melhoramentos sustentáveis dos níveis de produtividade agrícola, aumento da participação no mercado e do desenvolvimento da sociedade civil local e do Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural, a Direcção Distrital de Milange (DDADR) (Visão Mundial, 1999). O projecto apresenta uma matriz do quadro lógico (vide em Anexo) que orienta todo o processo de implementação. No seu quadro lógico são apresentados os três (3) resultados esperados: 1. Aumento da capacidade das comunidades na participação da gestão dos recursos agrícolas; 2. Aumento e diversificação da produção agrícola e da participação nos mercados; e por último, 3. Aumento da capacidade da ONG local (Solidariedade), da DDADR na gestão eficaz dos projectos que visem melhorar a produção agrícola e comercialização.

O ProSAM surge no âmbito dos chamados *Call for Proposal* publicados regularmente pela União Europeia às ONG's para a implementação de projectos de desenvolvimento em áreas e zonas de intervenção previamente estabelecidas ou identificadas. Na altura da publicação do referido Call for proposal (1999), os projectos a serem financiados tinham a particularidade de ser todos na área de segurança alimentar. Nesse período foram financiados cerca de seis (6) ou sete (7) projectos as diferentes organizações não governamentais que responderam as chamadas do doador, entre elas a Visão Mundial³⁸.

³⁷ Inicialmente estava previsto que arrancasse em Junho de 2000 para terminar em Maio de 2003, mas teve que ser alterado devido ao atraso nas assinaturas do contrato (Relatório de Progresso, Outubro de 2000-Junho de 2001).

³⁸ Entrevista com o gestor do projecto ProSAM, Milange, 21.04.2003

Na proposta do projecto o ProSAM, tinham sido identificadas seis localidades de dois postos administrativos do distrito de Milange nomeadamente nas localidades de Milange sede, Milange, Chitambo, Vulalu, Corromana (no Posto Administrativo de Milange); e localidade de Dachudua (no Posto Administrativo de Majaua). Mas após encontros realizados com as autoridades e os demais parceiros para a apresentação formal do projecto foi decidido o alargamento das áreas de intervenção, sendo acrescentadas as localidades de Tengua (P. A. de Milange) e Zalimba (P.A. de Majaua). O projecto só iniciou em Outubro de 2000 (e não em Junho como estava previsto) com um período de vida de três (3) anos tendo como data limite Setembro de 2003.

5.4 A Relevância do Projecto e a Questão da Participação das Comunidades Beneficiárias

De acordo com Sousa (1999) o “Desenvolvimento de comunidade é um método, um processo e um fim em si mesmo. É um método de ajuda às comunidades locais para fazê-las mais conscientes das suas necessidades, para apreciar seus recursos em tal forma que satisfaçam algumas das necessidades por meio dos projectos de acção e ao mesmo tempo adquirem atitudes, experiências e destreza cooperativa para repetir este processo uma e outra vez por iniciativa própria.”

Muitos projectos de desenvolvimento dizem desenvolver e promover a participação das comunidades locais, mas na prática, infelizmente pouco ou quase nada fazem. O que se verifica é apenas a informação de decisões já tomadas previamente a níveis mais altos.

Para o caso específico do ProSAM, uma das estratégias é a implementação conjunta entre a Visão Mundial e Solidariedade, uma ONG nacional na perspectiva de capacitá-la para gestão de possíveis fundos e projectos futuros de desenvolvimento agrícola. Mas também é privilegiada a parceria com as autoridades governamentais e o envolvimento das comunidades beneficiárias nas actividades do projecto.

Antes do início do projecto, nem a Visão Mundial nem a Solidariedade tinham tido alguma presença no distrito de Milange. Assim, ficou acordado com a DDADR que o projecto iria

funcionar gratuitamente nas suas instalações o período de vida e a direcção do projecto comprometeu-se a reabilitar o edifício. A proximidade com a DDADR tem ajudado para melhor coordenação entre as duas instituições.

“Nós somos incontestavelmente o principal parceiro do ProSAM e temos trabalhado juntos (...).”³⁹

Sobre a participação dos beneficiários constou-se que tanto neste projecto como em outros da Visão Mundial, estes apenas são envolvidos na fase de implementação e não na fase de concepção.

“Os beneficiários participam apenas na fase da implementação e não na concepção, pois seria muito complicado o entendimento (...).”⁴⁰

No início do projecto foi conduzido um Diagnóstico Participativo Rápido (DPR) nas áreas do projecto com o objectivo de se identificar junto das comunidades os problemas de segurança alimentar, constrangimentos a produção e outros relevantes ao desenvolvimento pelas próprias comunidades. “(...) Após cada DPR os resultados eram revistos com a comunidade” (...) (Primeiro relatório de actividades, Outubro de 2000 – Junho de 2001) . Para a planificação das actividades do projecto são convidados todos os parceiros locais incluído os líderes os beneficiários aonde são discutidos alguns aspectos relevantes.

Os beneficiários também são envolvidos no processo de multiplicação de sementes distribuídas pelo projecto. O projecto distribui sementes a um determinado grupo de produtores cabendo a estes por sua vez, comprometerem-se a transpassar para outros membros não sendo necessário por isso a devolução ao projecto. Esta estratégia mostra-se eficaz pois, cabe a cada produtor compromete-se com outro que julga ser de maior confiança. Neste sentido, os próprios beneficiários são responsáveis pelo sucesso ou fracasso das actividades.

³⁹ Entrevista com o director da DDADR, Milange, 22.04.03

⁴⁰ Entrevista com um alto funcionário da Visão Mundial, Quelimane, 14.04.2003

Na área da comercialização, com ajuda do projecto os beneficiários entram em contacto directo e negociam com os compradores intermediários que por sua vez exportam para o Malawi. Este processo não funciona no entanto, nas zonas próximas da fronteira, estes não têm dificuldades para se deslocarem a Malawi. O projecto apoia na formação e legalização de grupos e associações de produtores para que em conjunto possam melhor intervir no mercado, facilitando assim as ligações entre as associações e os comerciantes.

“Nosso sonho é que alguns grupos no futuro possam exportar sozinhos para o Malawi mas, isso é mais complicado (...).”⁴¹

Embora não tendo estado previsto explicitamente no *proposal* foi introduzido a componente de alfabetização aos membros das associações beneficiários do projecto. Esta actividade é levada a cabo em parceria com a Direcção Distrital de Educação (DDE) que tem a tarefa de supervisão. Importa referir que os alfabetizadores são membros voluntários desses mesmos grupos. Trata-se de uma actividade desenvolvida pelos próprios beneficiários sendo apenas formados e supervisionados pela DDE.

Como se pode depreender, a participação restringe-se apenas ao nível de implementação, quando o ideal seria o seu envolvimento desde a fase de concepção, implementação e a avaliação do mesmo, o que levaria a uma melhor apropriação de gerir as actividades do projecto. Aliás, esta é que seria a verdadeira participação comunitária.

Quanto a relevância, pode-se apurar através das entrevistas com os beneficiários, mas também das autoridades governamentais, que o projecto foi bem recebido e tem uma boa razão de existir, pois tem como objectivo a solução de um problema real, concreto (a segurança alimentar) que aflige a maioria da população do distrito de Milange, até porque se trata um problema que afecta grande parte da população moçambicana. Um aspecto importante a reter é que o projecto levou a cabo no inicio um estudo de base que pode considerar-se um instrumento de referência indispensável para uma avaliação e monitoria. No entanto, peca pelo facto de nunca ter realizado uma avaliação quantitativa e não fazer a

⁴¹ Entrevista com supervisor de comercialização, Milange, 27.04.2003

monitoria sistemática de modo a que pudesse fazer um melhor acompanhamento da evolução dos resultados e do impacto do projecto.

O projecto possui duas componentes: a extensão rural e a comercialização⁴², na medida em que grande parte da produção é destinada a comercialização. Porém peca no que diz respeito ao acesso dos serviços do projecto, pois os técnicos de agricultura usam como meio de transporte a bicicleta enquanto que o pessoal e supervisores tem acesso a motos, o que de acordo com depoimentos dos próprios funcionários cria barreiras no cumprimento do raio de acção delimitado⁴³.

Alguns dos beneficiários mostraram interesse e gostariam que o projecto tivesse uma componente de pecuária:

“Estamos satisfeitos com o trabalho da Visão Mundial porque hoje temos mais produtos no celeiro e a venda em grupo é melhor, mas gostaríamos que nos ajudassem na criação de animais (...).”⁴⁴

Este aspecto resulta em parte do não envolvimento das comunidades na concepção do projecto o que certamente faria que este reflectisse melhor as preocupações e necessidades das comunidades. O estudo de base e o DPR não significa envolvimento dos beneficiários na medida em que não alterara a essência do projecto, apenas serviu como uma fonte de informação sobre a situação da área de intervenção do projecto, o que não pode considerar-se como participação.

O grupo alvo do projecto é o pequeno produtor. Na perspectiva de que estes sejam melhor assistidos, quer os técnicos (de agricultura e de comercialização) quer os supervisores vivem nas áreas de actuação sob a sua responsabilidade. Este aspecto revela-se importante visto que, vai de acordo com os objectivos do Proagri que é exactamente o da promoção da produtividade do sector familiar.

⁴² Todos os técnicos possuem o nível médio em agricultura ou a 12ª classe.

⁴³ Lembre-se que o distrito de Milange apresenta um relevo bastante acidentado.

⁴⁴ Entrevista com os produtores de Dulanha, 28.04.2003

Contudo, alguns dos produtores nomeadamente os da localidade de Dulanha reclamaram o facto de na sua zona apenas terem um técnico de comercialização quando o projecto prevê para cada zona um técnico de comercialização e um de agricultura.

“Temos problemas na área da agricultura mas, não temos nenhum extensionista para nos apoiar. Só temos um técnico de comercialização. Então o que vamos vender se não produzirmos nada? (...)”⁴⁵

Embora o ProSAM seja um projecto concebido a margem das comunidades beneficiárias, revela-se importante na medida em que em tem como objectivo a resolução de um problema real, pertinente, vivido e reconhecido por todos actores no distrito, como ficou constatado com o trabalho no campo – a insegurança alimentar. No entanto, seria ainda mais relevante com um maior envolvimento das comunidades durante o processo de tomada de decisão, a fase de implementação, incluindo a avaliação do projecto, pois melhor que ninguém constituem avaliadores do seu impacto.

5.5 Percepções sobre o Impacto do Projecto

Este trabalho procura fazer uma avaliação geral da evolução da situação sócio-económica do distrito de Milange especialmente das áreas abrangidas pelo ProSAM após a sua implementação. Importa referir que esta não é nem pretende ser uma avaliação exaustiva do impacto do mesmo, mas apenas uma contribuição para reflexão sobre os principais constrangimentos, sucessos e desafios que se colocam sobre os projectos desenvolvidos pelas ONG's internacionais aos diferentes intervenientes no âmbito da implementação nomeadamente gestores, coordenadores, governantes, financiadores bem como as próprias comunidades beneficiárias.

Avaliar o impacto do ProSAM como de qualquer outro projecto de desenvolvimento constitui sempre um exercício difícil. O processo torna-se ainda mais complexo quando se trata de uma sociedade (como é o caso de Moçambique) onde existem dificuldades em registar os mais elementares indicadores tanto os da produção, comercialização como os de bem estar dos cidadãos.

⁴⁵ Entrevista colectiva com os produtores de Dulanha 23.04.2003

Assim, devido a quase inexistência de dados quantitativos relativos a evolução quer das campanhas agrícolas quer das de comercialização no distrito e mesmo nas áreas abrangidas pelo projecto, tanto por parte das instituições governamentais como das organizações implementadoras (a Visão Mundial e Solidariedade) tornou-se bastante difícil uma avaliação mais exaustiva, na medida em que limitou a comparação das várias campanhas agrícolas (antes e depois implementação do projecto). Este foi aliás um constrangimento referido pelos implementadores.

“(...) É muito difícil fazer uma avaliação quantitativa da produção. O que temos feito é uma estimativa a partir de um inquérito mensal sobre a segurança alimentar aos beneficiários do projecto, mas também nos volumes da comercialização.(...)”⁴⁶

De forma geral, constatou-se no terreno tanto por parte dos beneficiários como dos implementadores que, a nível do objectivo e propósito pode dizer-se que o impacto é positivo ainda que não na sua plenitude, pois embora o projecto esteja a caminhar para o alcance do objectivo para o seu desenvolvimento, estes não serão atingidos na sua totalidade e dificilmente o seu impacto poderá alcançar de forma sustentável no período previsto para o seu termino (Setembro de 2003). O facto de o projecto ter iniciado tarde⁴⁷ e ter perdido uma campanha agrícola reduziu significativamente o seu impacto geral.

Embora as estimativas apontem para um crescimento dos níveis de produtividade e da comercialização no distrito, a formação e legalização de grupos ou associações, a adopção das novas tecnologias e mudança de comportamento, não se faz em tão pouco espaço de tempo. Por exemplo, os produtores estão reticentes quanto a comercialização de hortícolas e outras novas culturas, o processo de legalização das associações que têm como objectivo facilitar o processo de participação no mercado, está numa fase atrasada e a capacitação da Solidariedade no que se refere a gestão de projectos, ainda não se pode considerar bom, até porque não se compreende facilmente quais as funções duma e de outra parte dos

⁴⁶ Entrevista colectiva com os técnicos de agricultura, Milange, 25.04.2003

⁴⁷ O projecto deveria ter iniciado em Junho de 2000 mas só iniciou em Outubro (em termos administrativos) porque as actividades de concreto projecto no campo só foi possível em Fevereiro/Abril de 2001, isto deveu-se ao atraso das assinaturas do contrato com os financiadores e ao período chuvoso na fase inicial do projecto.

implementadores. Aliás, constatou-se que quando se refere ao ProSAM está implícito a Visão Mundial, ficando de certa forma ofuscada a acção da Solidariedade.

O distrito de Milange tem padecido de graves problemas de insegurança alimentar, mas de acordo com informações dadas pelos beneficiários, pelo menos nas localidades abrangidas pelo projecto, relevaram ter neste momento reserva alimentar para um período superior a 5 a 6 meses, facto que não era verificável a algum tempo atrás, o que mostra uma melhoria de condições da própria segurança alimentar, ou pelo menos aumento da produtividade agrícola.

A algum tempo atrás verificava-se longos períodos de fome porque os produtores vendiam toda produção aliciados pelos compradores não deixando nada nos celeiros.

“ (...) Por exemplo, já houve alturas em que podíamos vender o milho por 5 kwachas/kg e passado algum tempo chegávamos a comprar o mesmo milho por 10 kwachas/kg (...); agora temos comida suficiente para mais 5 ou 6 meses.”⁴⁸

Mas, com as campanhas de sensibilização levadas a cabo pelo projecto, verifica-se a consciencialização em fazer reservas no celeiro relativamente aos períodos anteriores. Aliado a isso, também verifica-se por exemplo a comercialização por períodos mais longos durante o ano. Este aspecto foi visível durante as deslocações feitas aonde se verificava a venda de milho ao longo de todas estradas, mesmo não tendo começado a campanha de comercialização.

Entretanto, os produtores beneficiários reclamaram não ser justo a forma como as sementes são distribuídas pelo projecto:

“eles distribuem a mesma quantidade de sementes a todos, mas não temos mesmo tamanho de machambas (...).”

⁴⁸ Entrevista com um produtor de Vulalo, Milange, 30.04.2003

De acordo com informações constatadas no terreno⁴⁹ a compra de alguns bens tais como bicicleta, rádio, capulanas, painéis etc., também o número de refeições e adopção de variedades de novas culturas que implicam a variação de dieta, demonstraram a melhoria de condições de vida da população, enquanto que a reserva de alimentos no celeiro revelaram aumento da produtividade.

Espera-se que a produção de variedades de culturas melhoradas que tem provado ter melhores rendimentos vá contribuir para a longo prazo para o aumento da produtividade agrícola. A introdução de variedades de hortícolas, batata doce, feijões (manteiga e boer) e amendoim contribuiu para a diversificação dos sistemas de produção. Porém, os camponeses mostram-se relutantes quanto a viabilidade para a comercialização das hortícolas, uma vez que não faz parte das culturas comuns no distrito. Este aspecto pode ser justificado como resultado do não envolvimento destas nos processos de tomada de decisão.

Quanto ao envolvimento do pessoal da Solidariedade e do governo no desenvolvimento agrícola e actividades em grupo, todos os parceiros disseram que de modo geral a cooperação com o projecto tem sido bem. Todos tem sido convidados a participar nas reuniões de planificação do projecto e em cursos de capacitação. No entanto, a simples participação num ou noutro curso não prova que o indivíduo ou o grupo beneficiou-se na utilização prática dos novos conhecimentos, como se pode verificar da constatação de um membro da Solidariedade:

“Fala-se em capacitação na gestão de fundos, mas nós não gerimos nada, toda gestão do projecto é feita pela Visão Mundial (...); era necessário que tivéssemos a oportunidade de gerir qualquer coisa para se poder avaliar efectivamente o nível de gestão (...).”

Este aspecto revela a inexistência de uma clara divisão de tarefas entre Visão Mundial e a Solidariedade.

⁴⁹ Estas constatações referem-se particularmente as localidades de Dulanha, Vulalu e Chitambo.

O progresso do ProSAM em relação ao quadro lógico pode dizer-se que é bom. Mas, os indicadores dos resultados em si não servem para verificar o impacto do projecto, apenas servem para medir os níveis de actividades, mas não sobre o seu impacto. Embora o projecto apresente a MP, peca na medida em que não se faz uma monitorização sistemática,⁵⁰ de modo a assegurar que os recursos, as actividades, os resultados e factores externos estão a desenvolver-se de acordo com o planificado.

Um dado relevante é que as ajudas do projecto embora tenha como beneficiários directos 30 000 produtores, o seu impacto beneficia não só a eles mas também os seus familiares e a comunidade no geral, assim como as instituições locais. O projecto está actualmente a trabalhar directamente na formação de grupos com 4 328 famílias que correspondem a 23 198 participantes⁵¹ (veja tabela 1). Os grupos estão divididos em grupos de produção e de comercialização (relatório de progresso, Janeiro - Junho de 2002):

Tabela 1

Tipo de grupo	Número de grupos	Número total de membros de grupos	Homens	%	Mulheres	%	Número total de participantes
Produção	99	2 006	1 380	69	626	31	10 752
Comercialização	79	2 322	1 705	73	617	27	12 445
Total	178	4 328	3 085	71	1 243	29	23 198

De acordo com os resultados fornecidos pelos diferentes actores, pode dizer-se que o impacto do projecto é positivo, embora não na sua plenitude. Para os implementadores, embora satisfeitos com o progresso do projecto, são unânimes em afirmar que os resultados da MP não foram alcançados na sua totalidade. O governo local garantiu que o projecto tem estado a fazer um trabalho louvável, colmatando assim a fragilidade das suas capacidades.

⁵⁰ A monitorização é a vigilância ou supervisão permanente (interna) sobre a implementação do projecto, enquanto que avaliação, trata-se de análises independentes sobre o impacto e a pertinência do mesmo (NORAD). Importa referir que a monitorização não é apenas em relação ao progresso físico, mas também sobre o seu impacto.

⁵¹ O número total de participantes directos é calculado pela multiplicação pelo número total de membros dos grupos por 5,36, uma cifra mostrada pelo Inquérito de base do projecto como sendo a média do tamanho do agregado familiar. Assume-se que cada família é representada por um membro de grupo e que cada pessoa é membro de apenas um grupo.

As comunidades, embora estejam satisfeitas com projecto porque tem verificado um aumento significativo da produtividade e diversificação de culturas, nomeadamente as hortícolas, que tem contribuindo para uma melhor dieta alimentar, referiram que o projecto peca por não ter uma componente de pecuária, que no seu entender seria uma mais valia.

5.6. Discussão dos Resultados da Pesquisa

Nesta secção procedemos a discussão dos resultados constatados no terreno, ou seja, a confrontação das hipóteses com as quais partimos para a investigação com os resultados do trabalho de campo realizado.

Para a realização do trabalho, partimos com as seguintes assumpções:

H.1. O sucesso das intervenções da Visão Mundial depende de uma eficaz e eficiente coordenação entre estas, o Governo e as comunidades beneficiárias, no quadro dos programas e projectos de desenvolvimento;

H.2 . A não participação directa das comunidades beneficiárias nos processos de tomada de decisão, contribui para que o impacto seja negativo e as intervenções não sejam sustentáveis.

Vários são os factores apontados como determinantes para o alcance, extensão e sucesso das actividades das ONG's, como a efectiva participação de todos os actores envolvidos, a disponibilidade dos recursos financeiros, o respeito das práticas democráticas na gestão do desenvolvimento local, o reforço das capacidades, etc.

De acordo com os resultados do trabalho, constata-se uma grande fragilidade de mecanismos legais a nível do governo que permitam uma maior e melhor coordenação entre as ONG's e o governo, sobretudo a nível provincial. O caso é mais grave ainda a níveis mais baixos. Por vezes isso leva a que as ONG's se desviem ou actuem a margem do governo.

A inexistência de órgãos a nível provincial e local que regulem e coordenem as actividades das ONG's é referenciado como um dos aspectos que contribui para a ineficácia dos projectos. No entanto, o impacto do ProSAM e grande parte dos projectos da Visão Mundial pode considerar-se como exemplos resultantes de coordenação em parceria com o governo e com as comunidades locais, pelo menos a nível de implementação porque a nível de concepção e avaliação apenas o governo é envolvido mas também parcialmente.

Assim, os dados da pesquisa corroboram a primeira hipótese segundo a qual os resultados dos projectos implementados pelas ONG's são tanto mais bem sucedidos quanto melhor forem os mecanismos de coordenação entre elas, o governo e as comunidades beneficiárias.

A participação comunitária no âmbito do desenvolvimento reveste-se de uma importância fundamental, razão pela qual é tida como uma das condicionantes para o sucesso dos projectos de desenvolvimento. Por isso, é necessário que se estimule a verdadeira participação (Souza, 1998).

Os resultados do trabalho revelam que embora a participação dos beneficiários nos projectos de desenvolvimento seja um elemento fundamental e permanente na prática discursiva adoptada pelas ONG's⁵² constata-se que, em grande parte são os doadores ou planificadores desses projectos que os trazem já desenhados para que sejam tomados em consideração pelos implementadores ou mesmo prontos a serem implementados. Assim, os beneficiários nada mais fazem senão aderir às actividades através de uma espécie de motivação daquilo que está desenhado. Ou seja, constata-se que quando se fala de participação relaciona-se apenas no âmbito da implementação e não na concepção e monitoria ou avaliação dos mesmos, como seria o desejável.

Deste modo, em nome da participação comunitária, os fundos disponibilizados pelos doadores aparecem muitas vezes com o grupo de beneficiários já definidos e locais pré-identificados, tempo de execução estabelecidos, não havendo possibilidades de reorientação de actividades, mesmo que essas acções não constituam prioridade nem do governo nem

⁵² Aliás, é quase impossível verificar ou ouvir falar de algum projecto que não possui este elemento.

para as comunidades. Apenas pequenos arranjos são feitos no terreno, não se podendo aqui falar de participação na visão de Paul (1987) ao discutir questões sobre a participação comunitária nos projectos de desenvolvimento, segundo a qual aos beneficiários influenciam a direcção e execução de um projecto.

Embora se possa distinguir os defensores da participação como sendo um processo meramente teórico cuja materialização é inútil para os projectos, e os que defendem como um processo em que os intervenientes influenciam o processo de tomada de decisão, não restam dúvidas que se deve criar condições para a existência de uma verdadeira participação.

Para o caso do ProSAM, um projecto concebido fora, sem envolvimento dos beneficiários, embora possa ter relevância para as comunidades, como revelam os resultados do trabalho provavelmente seria mais relevante com o envolvimento das comunidades na concepção do mesmo, pois mais de que ninguém eles conhecem melhor as suas necessidades, preocupações e possuem soluções. Estes apenas são envolvidos na implementação:

“(...) Os beneficiários participam na fase de implementação e não na concepção porque tornava-se um processo complexo (...).”⁵³

80% dos fundos da Visão Mundial vêm de privados e os restantes vêm de governos e agências multilaterais. E os dados empíricos revelam que esta dependência relativamente aos financiadores acaba tendo influência negativa no impacto dos projectos implementados pela Visão Mundial. O ProSAM é disso um exemplo. Além de ter sido determinado a área e o local de implementação (no caso, Milange), o atraso no desembolso dos fundos contribuiu negativamente no impacto do projecto. Estava previsto que o projecto abrangesse três campanhas agrícolas, mas em consequência do atraso do seu início e as fortes chuvas que caíram no início do projecto acabaram influenciando negativamente o seu impacto, porque apenas abrangeu uma única campanha, esperando-se que até o final atinja a segunda.

⁵³ Assim se referiu o sr. Brain Hilton, gestor do OVATA, outro grande projecto a ser implementado pela Visão Mundial na Zambézia. Quelimane, 14.04.2003

Deste modo, confirma-se a segunda hipótese segundo a qual a não participação das comunidades na tomada de decisões contribuem para que o impacto seja negativo, e para que o impacto não seja sustentável, embora não na sua totalidade, porque existem também outros factores (externos) que contribuem negativamente no impacto do projecto nomeadamente a dependência relativamente aos financiadores e os factores climáticos.

Capítulo VI

CONCLUSÃO

Falar de desenvolvimento em Moçambique significa falar fundamentalmente do desenvolvimento das zonas rurais, pois é aí que vive a maior parte da população, em condições precárias e dependentes particularmente da agricultura. O governo e as agências de desenvolvimento têm vindo a empreender esforços nessa direcção. Assim, com o fim da guerra civil e a realização das primeiras eleições multipartidárias verificou-se o aumento de ONG's internacionais a trabalhar no sector agrícola e comercial nas zonas rurais. Os recursos financeiros e humanos destas organizações fazem delas importantes parceiros. Em algumas zonas do país estas chegam mesmo a substituir o Estado. Apesar desses esforços, a pobreza nessas zonas persiste.

O presente trabalho procurou analisar o impacto sócio-económico das actividades das ONG's internacionais no desenvolvimento rural em Moçambique, a partir do estudo de caso da Visão Mundial no distrito de Milange, província da Zambézia.

Os resultados do trabalho mostraram ser bastante complexo e delicado avaliar o impacto das actividades das ONG's internacionais em Moçambique porque não existe um acompanhamento sistemático da evolução das suas actividades.

Embora o papel das ONG's internacionais em Moçambique seja claro e objectivo, sendo-lhes reconhecido a importância na assistência às populações desfavorecidas, a controvérsia surge em relação à inadequada metodologia e estratégias na implementação dos seus projectos, o que acaba se reflectindo no impacto negativo dos mesmos.

De modo geral, pode dizer-se que os projectos de desenvolvimento levados a cabo pelas diversas ONG's têm um impacto significativo nas comunidades, embora não seja na proporção dos custos que os mesmos envolvem, pois grande parte dos fundos acabam sendo consumidos em custos administrativos e não nos custos directos dos projectos. Nota-

se também que a sustentabilidade de grande parte dos projectos é questionável, em grande parte devido à fraca ou inexistente participação das comunidades beneficiárias na concepção dos projectos, o que faz com que a comunidade não se identifique com os projectos. Entre os factores limitantes às actividades das ONG's destacam-se a dependência relativamente aos financiadores⁵⁴; a fraqueza de coordenação inter-sectorial dentro das instituições governamentais, particularmente a inexistência de órgãos do governo e mecanismos para regular, coordenar e fiscalizar as actividades das ONG's, sobretudo a nível provincial e distrital, o que certamente permitiria um melhor e sistemático acompanhamento das suas actividades.

Para o caso específico do ProSAM, pode dizer-se que, de forma geral, a nível do objectivo e propósito do projecto, o impacto é positivo, ainda que não na sua plenitude, embora o projecto esteja a caminhar para o alcance dos seus objectivos, estes poderão não ser alcançados de forma sustentável no período previsto para o término do projecto (Setembro de 2003), pois a adopção de novas tecnologias e mudança de comportamento não se consolidam num curto espaço de tempo. O facto de o projecto ter iniciado tarde e ter perdido uma campanha agrícola reduziu significativamente o seu impacto geral. Verificou-se que os resultados do projecto não beneficiam apenas as comunidades indicadas como grupo-alvo, mas o distrito como um todo. Os resultados revelaram também que a Visão Mundial é um parceiro importante no sentido de que as suas actividades são desenvolvidas em parceria com o governo, complementando as acções deste.

A extensão do sucesso de um determinado projecto depende de factores internos, ou seja, aqueles que podem ser controlados pela gestão do projecto, e de factores externos, isto é, aqueles que ultrapassam a gestão do mesmo. Por esta razão, torna-se muito importante a identificação, controle e análise dos factores externos durante a planificação e implementação, pois podem conduzir ao fracasso do projecto, mesmo que a implementação obedeça o que fora planificado.

⁵⁴ Refere-se especificamente aos processos burocráticos e condicionalidades impostos pelos financiadores que têm uma significativa influência negativa no impacto geral dos projectos.

Para o ProSAM, de acordo com os resultados do trabalho, foram os factores internos e externos a este, nomeadamente o não envolvimento da comunidade local na concepção do projecto, as fortes chuvas que caíram durante a fase inicial do projecto e o atraso no desembolso dos fundos por parte dos doadores, que o influenciaram negativamente, reduzindo o seu impacto.

6.1 Recomendações

Os resultados do trabalho mostram que geralmente os projectos que não iniciam na data prevista, em consequência dos procedimentos burocráticos dos financiadores, entre outros, o impacto das suas actividades acaba sendo influenciado negativamente. Assim, recomenda-se que as agências financiadoras dos projectos de desenvolvimento encontrem mecanismos que permitam flexibilidade no desembolso dos fundos, de modo a que não interfiram no impacto dos projectos, e que a concepção, implementação e avaliação dos projectos envolva as comunidades locais, para que estas se identifiquem com o projecto, de modo a garantir a sustentabilidade do mesmo.

Tendo as ONG's o seu campo de acção particularmente nas províncias, é necessário que se crie e/ou se clarifique quais os órgãos governamentais a nível provincial e mesmo distrital responsáveis pela coordenação, regulamentação e acompanhamento sistemático das actividades das ONG's internacionais.

A experiência tem demonstrado que os projectos da natureza do ProSAM não são sustentáveis a curto prazo, mesmo possuindo uma boa planificação, porque dependem também de factores externos (processo de adopção de novas tecnologias e mudança de comportamento por parte dos beneficiários, factores climáticos, dependência dos doadores, entre outros), razão pela qual, para o caso específico do ProSAM, uma segunda fase seria importante para a consolidação do que não fora alcançado na primeira fase.

Uma vez tendo a matriz do projecto, é necessário que os implementadores façam a monitorização e avaliação (interna) sistemática durante a implementação, de modo a garantir um melhor acompanhamento dos resultados e impacto do projecto.

BIBLIOGRAFIA

- ABRAHAMSSON, Hans e NILSSON, Ander. (1998). *Ordem Mundial Futura e Governação Nacional em Moçambique* (3ª impressão). Maputo: Padrigu - CEEI-ISRI.
- ABRAHAMSSON, Hans e NILSSON, Ander. (1998). *Moçambique em Transição – um estudo da história de desenvolvimento durante o período 1974 – 1992*. (2ª impressão). Göteborg.
- ADAM, Yussuf. (1989). *Ajudar a Quem se Ajuda a si Próprio: iniciativas locais de desenvolvimento em Moçambique. Avaliação de projectos financiados pela Helvetas em Boane e Tete*. Maputo.
- ADAM, Yussuf. (1996). *Trick or Treat – The relationship between destabilization, aid and development policies in Mozambique (1974–1990)*. Dissertação de Doutoramento. Roskilde University.
- ADAM, Yussuf e COIMBRA, Humberto. (1997). *Messias Modernos Procuram Novos Lázaros : ONG's em Moçambique – Que parcerias para eliminar a pobreza*. In: David SOGGE (Ed). *Moçambique: Perspectivas sobre a ajuda e o sector civil* (pp. 77 - 96). Amsterdam.
- ALVES, M. (1996). *As ONG's na Política Comunitária de Cooperação Para o Desenvolvimento*. Lisboa: CIDAC.
- AMARAL, W. (1995). *Guia para Apresentação de teses, dissertações, trabalhos de graduação*. Maputo: Imprensa Universitária-UEM.
- ARTUR, Luís. (2002). *Rural Livelihood in Morrumbala Distrit, Zambézia, Mozambique*. Thesis of The Master of Science degree in MAKS. Wageningen University.
- BALL, Collin e DUNN, Leith. (1995). *Organizações Não Governamentais : Directrizes para uma boa política e prática*. Londres: Fundação Commonwealth.
- BANCO MUNDIAL (1998). *Reconstruir a Economia de Moçambique – análise da assistência do país*. Washington, D.C. USA: Autor.
- BRITO, Miguel de (1995). *Reflexões Sobre as Estratégias Para as ONG's Moçambicanas*. In: Ana Piedade MONTEIRO e Alexandrino JOSÉ. *ONG's: Faces e Contrafaces na Identidade Civil Moçambicana* (pp.77-83).Maputo: CEA

- CANHANGA, N. J.(2001). *Impacto da Descentralização na Participação Comunitária- o caso do município de Quelimane*. dissertação de Licenciatura em Administração Pública, UFICS-UEM, Maputo.
- CAPAÍNA, Nelson J. (2002). *O Papel das ONG's Estrangeiras na Cooperação para o Desenvolvimento Rural: o caso da Action Aid Moçambique*. dissertação de Licenciatura em Administração Pública, UFICS-UEM, Maputo.
- CARRILHO, João (1993). *Plano Social no Sector da Agrário em Moçambique: contribuições para o programa de reconstrução nacional*. Maputo: Project Moz Library
- CARRILHO, João (1999). *A Espiral: Desenvolvimento Rural, Descentralização, Participação Popular e Comunicação Social*. Maputo: CDA
- CHICHAVA, José A. C. (1999). *Participação Comunitária e Desenvolvimento: o caso dos grupos dinamizadores em Moçambique*. Maputo.
- CHONGUIÇA, E. (1997). *Desenvolvimento Sustentável* In: MICOA. *Boa Governação e Desenvolvimento Sustentável*. Maputo: Direcção Nacional de Promoção e Divulgação Ambientais.
- FARIA, Fernanda e CHICHAVA, Ana (1999). *Descentralização e Cooperação Descentralizada em Moçambique*. Maastricht: ECDPM
- FERNANDES, António J.(2002). *Métodos e Regras para Elaboração de Trabalhos Académicos e Científicos*. Porto: Porto Editora.
- GANGRADE, K. D. e SOCRYAMOOOTHY, R.(1995). *NGOs: retrospect and prospect*. In: JAIN, R. B.(ed) *NGOs in Development Perspectives*. New Delhi.
- GINJA, Victoria da C. (1995). *A Sustentabilidade das ONG's Moçambicanas: aspectos para reflexão*. In: Ana Piedade MONTEIRO e Alexandrino JOSÉ. *ONG's: Faces e Contrafaces na Identidade Civil Moçambicana* (pp. 65-76).Maputo: CEA.
- HAMPTON, David R. (1983). *Administração Contemporânea*. (2ªEd.). São Paulo: McGraw-Hill.
- HANLON, Joseph. (1997). *Como o FMI Bloqueia a Reconstrução de Moçambique*. (1ªEd. moçambicana).Maputo: Colecção Nosso Chão nº 10.
- HIRANO, Sedi (Org.). (1979). *Pesquisa Social – Planeamento*. São Paulo: T.A. Queiroz.
- HUDOCK, Ann C. (1999). *NGO and Civil Society: democracy by proxy*. Cambridge: Polity Press.

- JAIN, R. B. (1995). *NGOs in Development Perspectives* (Ed.). New Delhi.
- KULIPOSSA, Fidelx Pius (1993). *Em que Medida as ONG's Estrangeiras Contribuem Para o Desenvolvimento Económico – Social de Moçambique*. (Tese de Licenciatura em Relações Internacionais pelo ISRI-MAPUTO).
- KULIPOSSA, Fidelx Pius. (1997). Sociedade Civil, ONG's e Boa Governação no Processo de Reformas das Relações Estado-Sociedade em Moçambique: um quadro teórico, conceptual e empírico para debate. In: GUAMBE, José WEIMER, Bernhard. (Eds.). *Programa de Reforma dos Órgãos Locais (PROL) Texto de Discussão n.º 2*, Maputo.
- MAJOR, Domingos (1995). *Cooperação Não-Governamental*. In: Ana Piedade MONTEIRO e Alexandrino JOSÉ. *ONG's: Faces e Contrafaces na Identidade Civil Moçambicana* Maputo: CEA.
- MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS DA FINLÂNDIA. (1997). *Directrizes Para o Desenho, Monitoramento e Avaliação de Programas*. Helsínquia: Autor.
- MONTEIRO, Ana Piedade e JOSÉ, Alexandrino. (1995) *ONG's: Faces e Contrafaces na Identidade Civil Moçambicana* Maputo: CEA.
- MORAES, Irandy N. (1990). *Elaboração da Pesquisa Científica*. São Paulo: Livraria Atheneu Editora.
- MULIN, Guy (1996). *O Papel das ONG's no Desenvolvimento de Moçambique*. (Disponível no LINK- Maputo).
- NEGRÃO, José. (1981). *A Questão Agrária em Moçambique*. (Disponível no NET-UEM).
- NEGRÃO, José Repensando Modas de Desenvolvimento Rural. In: SOGGE, D. (1997). *Moçambique: perspectivas sobre a ajuda e o sector civil*. (pp.117-134).
- NEGRÃO, José (2001). *Como Induzir o Desenvolvimento em África – o caso de Moçambique* (documento apresentado na AMECOM). Maputo.
- NORAD (s/d). *O Método do Quadro Lógico-manual de planificação de projectos orientados para objectivos*. Maputo
- PAUL, S. (1987). *Community Participation in Development projects* (discussion paper) n.º6. Washington: World Bank.
- PITSCHAS, R. (1995). The Role of NGOs in the Modern State: Challenge to Institutional Policy and Development in the South. In: R. JAIN (Ed.). *NGOs in Development Perspectives*. (pp. 8-26). New Delhi.

- QUIVY, R. & CAMPENHOUDT (1992). *Manual de Investigação em Ciências Sociais*, Lisboa: Gradiva Publicações.
- ROSSI, Peter et al. (1996). *Evaluation – a systematic approach*. (6th Edition). London: Sage Publications.
- SALIMO, Padil. (2001). *Engajamento das ONG's Internacionais e do Governo no Processo de Coordenação da Ajuda ao Desenvolvimento*. dissertação de Licenciatura em Administração Pública, UFICS-UEM, Maputo.
- SEACAM.(1999). *De Uma Boa Ideia Para Um Projecto Bem Sucedido – manual para desenvolvimento e gestão de projectos ao nível local*. Maputo: Autor.
- SILVA, Terezinha da. (1995). Visão de Parceria na Base : contribuição para um debate. In: Alexandrino José e Ana Piedade Monteiro. *ONG's: faces e contrafaces na identidade civil moçambicana* (pp.39-47). Maputo: CEA
- SOGGE, D. (1997).(org). *Moçambique: perspectivas sobre a ajuda e o sector civil* Amsterdão: Frans Beijjaard.
- SOUZA, N. J. de (1993). *Desenvolvimento Económico*. Maputo: Atlas S.A.
- SOUZA, Maria L de. (1999), *Desenvolvimento de Comunidade e Participação*. São Paulo: Cortez Editor.
- TENÓRIO, Fernando G. (Org.). (1998). *Gestão de ONG's : principais funções gerências*. (2^ªEd.). Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas.
- TORRES, Adelino. (1998). *Horizontes do Desenvolvimento Africano no Limiar do Século XXI*. (1^ªEd.). Lisboa: Vega Editora.
- VALÁ, Salim C. (1995). *A Problemática da Posse da Terra no Chokwé (1953-1995)* Chocwé: INDER.
- VALÁ, Salim C. (1996). *Metodologia de Intervenção no Contexto do Desenvolvimento Local e Comunitário*. Chokwé: INDER.
- VALÁ, Salim C. (1998). *Os Imperativos da Participação Comunitária no Desenvolvimento Rural* (Brochura de PD- Disponível na UFICS-UEM).
- VALÁ, Salim C. (1999). *INDER e Sociedade Civil: que parcerias para o desenvolvimento rural em Moçambique*. (Brochura de PD- Disponível na UFICS-UEM).
- VALADEZ, Joseph e BAMBERGER, Michael. (Ed.). (1994). *Monitoring and Evaluating Social Programs in Developing Countries*. Washington D.C.: Autor.

VIJFHUIZEN, C. e CAVANE, E. (Orgs.). (2001). *Aprendendo a Entender os Aspectos do Desenvolvimento Rural*. FAEF.

<http://www.wvi.org/wvi/whoweare/whoweare.htm>

Documentos Primários

ACNUR/PNUD. (1996). *Perfis de Desenvolvimento Distrital. Distrito de Milange- Província da Zambézia*. (Disponível no NET- UEM). Maputo.

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE (1990). Maputo: Imprensa nacional.

DIRECTÓRIO DE ONG'S EM MOÇAMBIQUE (1997). Centro de serviços da Kulima. Maputo.

GOVERNO DA PROVÍNCIA DA ZAMBÉZIA. (2001). *Plano Estratégico de Desenvolvimento*. Quelimane: DPPF.

MFSP (2001). *Milange Food Security Project. Mozambique. Bseline Study (July)*. Milange.

MFSP (2001). *Relatório de Progresso (Outubro de 2000-Junho de 2001)*. Milange.

MFSP.(2002) *Relatório de Progresso (Julho-Dezembro de 2001)*. Milange

MFSP.(2002) *Relatório de Progresso (Janeiro- Junho de 2002)*. Milange.

MFSP.(2002). *Componente de Micro-empresas-Relatório de Actividades (4º trimestre, Julho-Setembro)*.Milange.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PESCAS. (1996). *Política Agrária e Estratégia de Implementação. Processo de formação do PROAGRI*. Maputo: CDA.

MAP-Direcção Nacional da Agricultura (1997). *Estratégia de Apoio à Produção Agrícola*.

MAP (1998). *PROAGRI: Documento Mestre*. Maputo: CDA.

PNUD. (1999). *Relatório Nacional do Desenvolvimento Humano de Moçambique*. Maputo: Autor.

PNUD. (2001). *Relatório Nacional do Desenvolvimento Humano de Moçambique*. Maputo

SOUZA, Kanta Andrea Q. de e RIBEIRO, Carlos M. (2002). *Avaliação a Meio Tempo do ProSAM*

WORLD VISION (1999). *Project Proposal: Milange Food Security Project. Mozambique June 2000-May 2003*. Maputo: World Vision International.

WORLD VISION (1999). *Discover: Annual Review*

Legislação

Decreto nº 55/98, de 13 de Outubro. Boletim da República, I série Nº 40, 13 de Outubro de 1998.

Lei 8/91, de 18 de Julho. In: Boletim da República, I série Nº 29, 18 de Julho de 1991.

Anexo1 Dados sobre a Produção Agrícola no Distrito de Milange

Fig.1

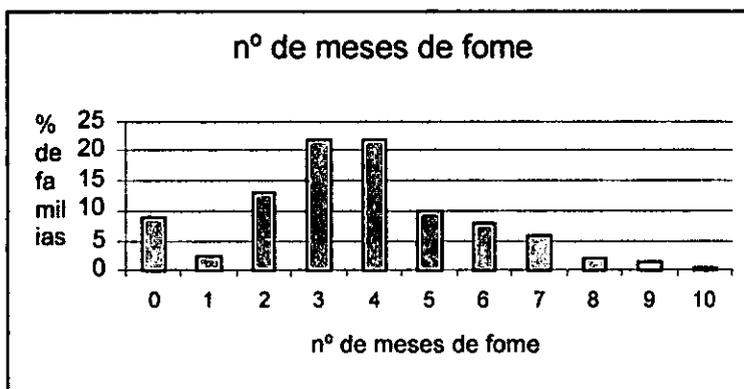


Fig. 2

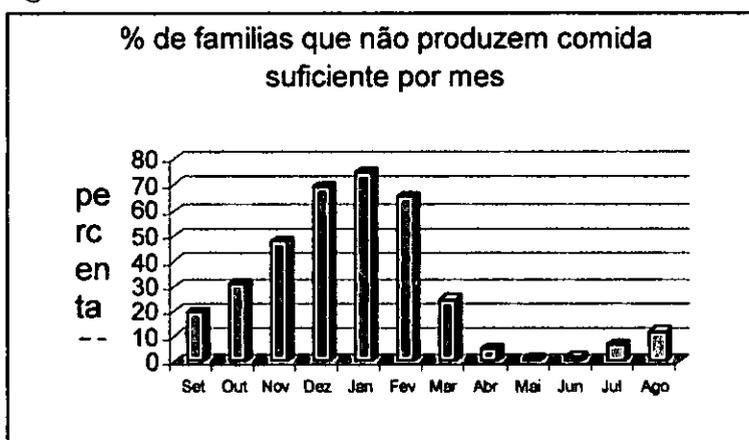
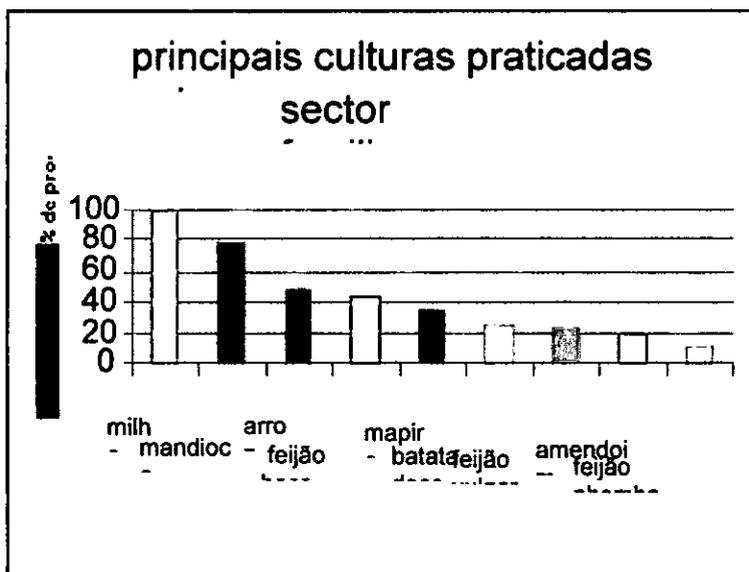


Fig.3



Fonte: Baseline Study, Milange Food Security Project (Julho de 2001)

A figura 1 ilustra os meses de carência alimentar indicando a percentagem de famílias que responderam quando é que não tinham alimentos das suas machambas durante o ano. O gráfico mostra ²perto de 10% produziu alimentos suficiente para as suas necessidades durante o ano. Contudo, 44% disseram não ter alimentos suficiente para cerca de 3 a 4 meses durante o ano e mais de 10% disse não ter alimentos para cerca de 7 a 10 meses.

Evolução das Campanhas Agrícolas no Distrito de Milange

Campanha	Culturas										Total
	Milho	Mandioca	Arroz	F.Boer	Mapira	B.Doce	F.Manteiga	Amendoim	F.Nhemba	Hortícolas	
1995/96	45000	4500	1200	520	160	900	113	200	225	80	
1997/98	54653	7500	2100	600	500	450	285	800	1553		
1998/99	65000	49500	6240	1720	1500		1000	2400	800		
2000/01	66027	148675	4664		9290			3357			
2001/02	70663	80090	2750		11640			2704			
2002/03	65000	105000	2100	2700	2450	1365	2260	3200	1400	60	

A figura 2 mostra a percentagem de famílias que responderam especificamente os meses de carência alimentar. O gráfico mostra que mais de 60% das famílias não têm alimentos(produtos)das suas machambas no período de Dezembro a Fevereiro, correspondendo o período de fome no distrito. Mostra ainda que o pico desse período é o mês de Janeiro com cerca de 76% das famílias a responderem não ter alimentos das suas machambas. Depois deste mês, a situação vai melhorando gradualmente, podendo verificar-se por exemplo que em Maio apenas 1,4% das famílias disseram não ter alimentos.

A figura 3 mostra os principais culturas produzidas pelo sector familiar no distrito de Milange. O gráfico mostra claramente ~~que~~ o milho como a mais importante cultura com 100% das famílias a produzir. A segunda maior cultura de acordo este estudo e também confirmado pelos próprios produtores é a mandioca correspondendo cerca de 79% das famílias. O arroz surge num destacado terceiro lugar, com 51% das famílias a produzirem. O feijão boer aparece também entre as principais tendo também sido confirmada pelos entrevistados com 43% a dedicar-se nesta cultura.

Tabela 1

GUIÃO DE ENTREVISTA

Informação Geral

1. IDENTIFICAÇÃO: Nome, idade, sexo, estado civil, actividade... etc
2. Qual é a principal actividade económica/ ou a principal fonte de rendimento ?
3. Quais são os principais preocupações e/ou problemas enfrentados este ano?
4. O que pensa que deveria ser feito para se ultrapassar tais problemas?
5. Tem conhecimento da existência de ONG's que operam no distrito/localidade/povoado? Quais e quantas?
6. Qual é o apoio que tem recebido de ONG's ?
7. Que tipo de apoio gostaria que fosse dado?
8. Já ouviu falar da Visão Mundial? E do projecto ProSAM da Visão Mundial?
9. Sabe qual é o objectivo do projecto?

Informação sobre a Produção e Comercialização Agrícola

10. Quais são culturas que têm na machamba este ano?(indicar as 3 mais importantes, i. e. as que mais produz)
11. Ha quanto tempo cultivas os produtos que tem agora na machamba?
12. Tem novas variedades de semente que ha 3 anos não tinha? Se sim, em que culturas?
13. Aonde obteve as novas variedades de semente?
14. Em comparação com as duas campanhas anteriores, quando é que o celeiro esteve mais cheio?(se possível indicar quantos sacos)
15. Para quanto tempo (meses) as reservas que tem vão durar? E quanto durava a 3 anos?
16. Qual é o destino da produção (auto-consumo, venda, para sementeira, uso social)? (se possível indicar qual é a quantidade para o auto-consumo e para a comercialização?)
17. Aonde comercializa os seus produtos?(no mercado interno ou no externo) Porquê?

18. Qual é o destino do lucro?
19. É possível sobreviver só com o dinheiro que vem da comercialização?
20. Em que período(meses) você não tem acesso ao mercado?
21. Porque é que não tem acesso durante esse período?(nada para vender; nada para comprar; falta de dinheiro; muito ocupado; falta de transporte)
22. Como obtêm informação sobre os preços no mercado? (próprio, amigo/vizinho, rádio, comprador)
23. Quais são os artigos que possui? (rádio, bicicleta panelas de alumínio)
24. Quantas refeições você toma por dia?
25. Que tipos de alimentos de base come nas refeições?
26. Existe algum alimento que passou a consumir só neste ano? (Se sim, indicar quais)
27. Qual é a proveniência dos alimentos? (machamba; compra, troca)
28. Terá problemas de alimentação nos próximos 3 ou 4 meses? Justificar
29. Existem associações/grupos de camponeses na localidade ou povoado?
30. Se sim, há quanto tempo existem?
31. De quem foi a iniciativa da criação das associações/grupos?
32. As associações são constituídas só por mulheres, só por homens, ou por ambos os sexos?
33. Têm existido encontros, qual é a periodicidade desses encontros?
34. Qual tem sido a importância do grupo? Trouxe mais dificuldades ou menos na produção/comercialização?
35. Têm tido encontros/contactos com os técnicos de agricultura e/ou de comercialização? Qual a periodicidade?
36. Se sim, vocês são consultados para dar alguma contribuição(ideias)sobre a implementação do projecto?
37. Como é o relacionamento entre os técnicos e a comunidade?
38. Têm recebido alguma ajuda da Visão Mundial(ProSAM)? Qual é o tipo de ajuda que têm recebido?
39. Acha que é suficiente? Porquê?
40. Que tipo de técnicas ou tecnologias tem recebido?

41. As novas técnicas ou tecnologias trazem benefícios, i. e. são úteis ?

Sobre a Participação nos Projectos de Desenvolvimento

42. Durante os últimos anos quais as organizações que têm trabalhado aqui?

43. Quais são as actividades delas? E qual é a sua importância?

44. Sabe porque é que estas organização estão a trabalhar aqui?

45. Vocês estão envolvidos nas actividades destas organizações?

46. Se sim, quais são as actividades em que são envolvidas?

47. Se não, porque não está envolvidos?

48. Como é que as pessoas são escolhidas para serem envolvidas?

49. O que acha que mudou na Localidade, povoado como resultado das actividades destas organizações?

50. O que achá que mudou com o ProSAM?

51. Quais são os aspecto positivos e negativos do projecto? ..

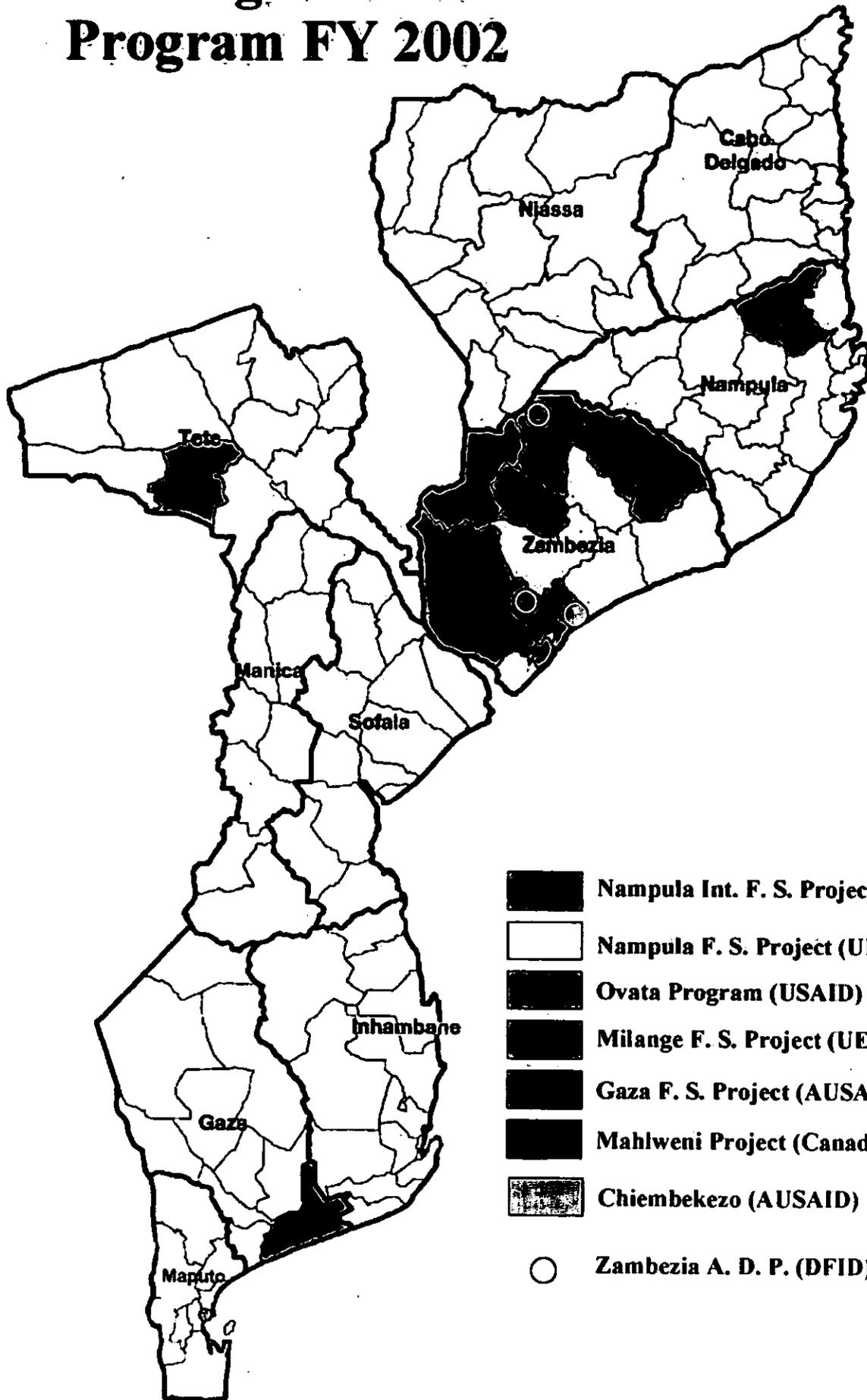
Lista de Entrevistados

- | | |
|---------------------------------|---------------------------------|
| 1. Brian Hilton | Gestor do OVATA |
| 2. Olímpio Waluto | Ex-coordenador do ProSAM |
| 3. Aissa Suali | Gerente do Milange Comercial |
| 4. Fernando Namucua | Director do DPA-Quelimane |
| 5. Richard Dove | Gestor do ProSAM |
| 6. Sérgio Nemba | Coordenador do ProSAM |
| 7. Amélia Getá | Técnica comercial (PraSAM) |
| 8. Angelo Mendonça | Extensionista (ProSAM) |
| 9. Cabaço César | Extensionista (ProSAM) |
| 10. Carlos Docotala | Técnico Ramal (ProSAM) |
| 11. Frederico Albino | Extensionista (ProSAM) |
| 12. Billy | Director Financeiro VM-Zambézia |
| 13. Luis Martins | Director do DDADR-Milange |
| 14. Miguel Alberto | Delegado do CCM-Milange |
| 15. Horacio L. Figueiredo | Director do DDIC-Milange |
| 16. Eng ^a . Hercflia | Visão Mundial - Maputo |
| 17. Eleutério Fenita | Visão Mundial - Maputo |

Lista dos Produtores (beneficiários) Entrevistados

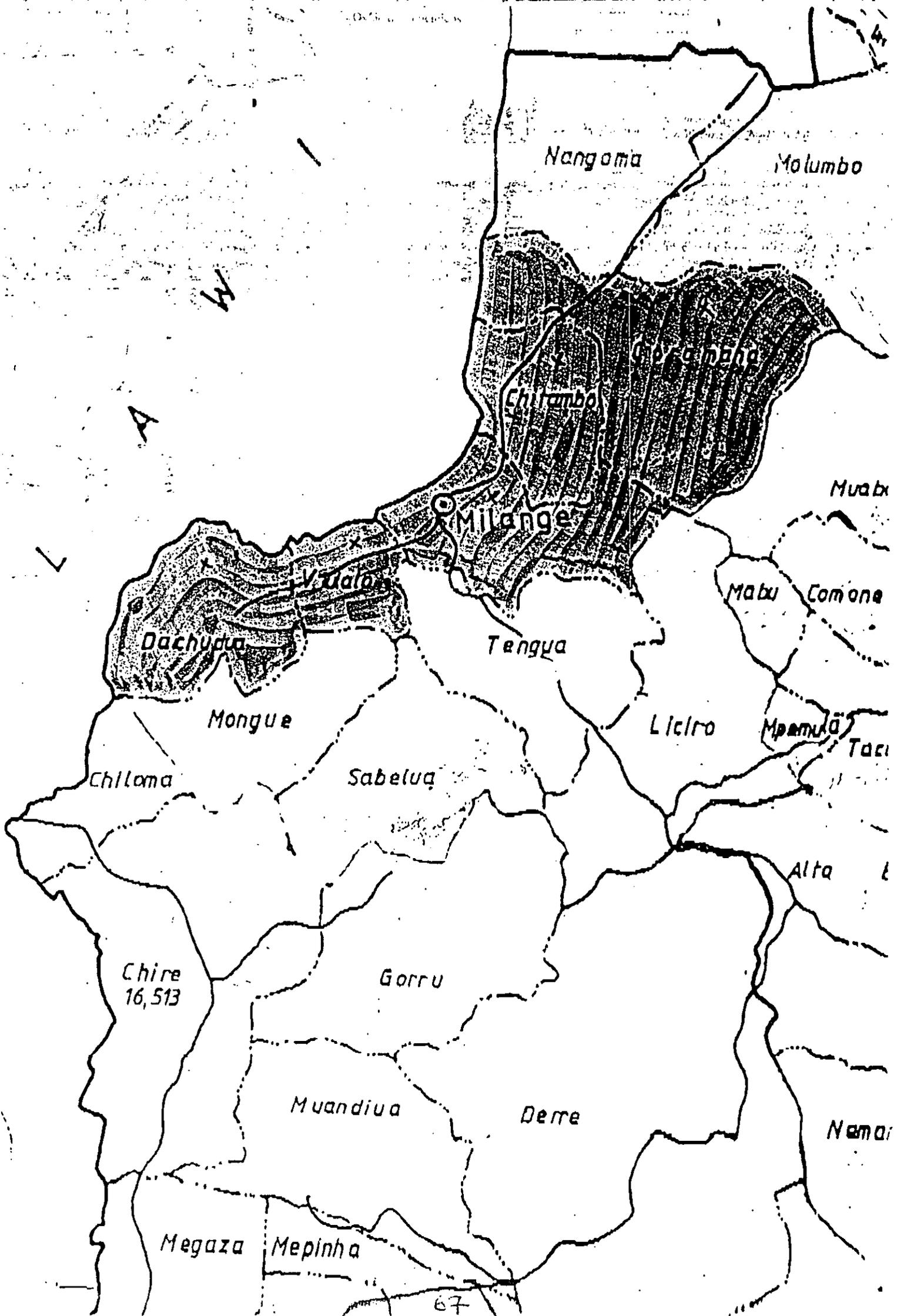
- | | |
|-------------------------|------------------------|
| 1. Fernando Américo | 22. Alberto Jolamo |
| 2. Paliponse António | 23. Jorge Nzirane |
| 3. Willison James | 24. Tomas Jaquisson |
| 4. Lio Manuel | 25. Mario Martinho |
| 5. João Mudubai | 26. Saide Bizwek |
| 6. Binuelo Mcherewatha | 27. Albino Ginfre |
| 7. Andro André | 28. Filipe Ndamondamo |
| 8. Damião Jostala | 29. Pedro Graciano |
| 9. Daniel Staford | 30. Suster Mugabe |
| 10. Jairosse Muthodo | 31. Jaquisson Ntapane |
| 11. Fernando Mucherenga | 32. Sampanha Loguanene |
| 12. Waisson John | 33. Linos Medya |
| 13. Maxiello Kamuendo | 34. Binuel Nterewatha |
| 14. Devece Buanale | 35. Albuquerque Pesulo |
| 15. Kumbane Sulane | 36. Pimbane Beula |
| 16. Maiden Seven | 37. Gudsson Binar |
| 17. Albene Nache | 38. Adaisa Simon |
| 18. Biziweque Pondece | 39. Jhon Paquete |
| 19. Bitone Baulen | 40. Maria Tchimenha |
| 20. Chiwaia Mangorona | 41. Gardene Maquivale |
| 21. Caputene Lipenga | |

WV Agriculture Program FY 2002



República de Moçambique







BOLETIM DA REPÚBLICA

PUBLICAÇÃO OFICIAL DA REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE

2.º SUPLEMENTO

IMPRESA NACIONAL DE MOÇAMBIQUE

AVISO

Para publicar no «Boletim da República» deve ser remetida em cópia devidamente autenticada, uma por cada assunto, donde consta, além das indicações necessárias para esse efeito, o averbamento seguinte, assinado e autenticado: Para publicação no «Boletim da República».

SUMÁRIO

Conselho de Ministros:

Decreto n.º 55/98:

Cria quadro legal que define os critérios da autorização, objectivos a atingir e mecanismos da actuação das Organizações Não-Governamentais Estrangeiras.

CONSELHO DE MINISTROS

Decreto n.º 55/98
de 13 de Outubro

Para complementar das Organizações Não-Governamentais (ONG's) estrangeiras às iniciativas do Governo, o esforço de reabilitação e desenvolvimento do país, impõe a criação de um quadro legal que defina os critérios da autorização, objectivos a atingir e mecanismos da sua actuação.

Assim, ao abrigo do artigo 20 da Lei n.º 8/91, de 18 de Junho, o Conselho de Ministros decreta:

ARTIGO 1 (Definições)

Para efeitos do presente decreto entende-se:

1. Organizações Não-Governamentais (ONG's) — pessoas colectivas de direito privado, de natureza não lucrativa, envolvidas, nomeadamente, em programas de emergência, reabilitação ou desenvolvimento. Podem ser associações, sociedades ou outras pessoas colectivas da mesma natureza que prossigam fins de cooperação para o desenvolvimento social e económico.

2. Autorização — outorga necessária para que a ONG possa iniciar e desenvolver as suas actividades no território nacional.

3. Órgão Central de tutela — Ministério que superintende a principal actividade a ser exercida pela ONG no território nacional.

ARTIGO 2 (Princípios gerais)

1. Serão autorizadas a desenvolver actividades no país as ONG's cujos estatutos se enquadrem no programa do Governo, sobretudo do desenvolvimento rural e peri-urbano e, nomeadamente, nos domínios da educação, saúde, abastecimento da água e de transferência de conhecimentos e de tecnologia.

2. As ONG's estrangeiras deverão criar capacidade nacional de modo que os seus parceiros prossigam os projectos iniciados e assegurem a sua sustentabilidade.

3. Na prossecução das suas actividades as ONG's estrangeiras estão interditas de realizar ou promover acções de natureza política.

ARTIGO 3 (Objectos)

Constitui objectivo geral das ONG's o dedicarem-se à assistência das populações independentemente da sua etnia, raça, religião ou estatuto social bem como participarem na erradicação da pobreza, nomeadamente, através de acções que aumentem o rendimento das famílias e criem emprego.

ARTIGO 4 (Âmbito de aplicação)

O presente decreto aplica-se às ONG's estrangeiras que realizam as suas actividades na República de Moçambique no contexto dos programas nacionais de emergência, reabilitação ou desenvolvimento.

ARTIGO 5 (Autorização)

1. É delegada no Ministro dos Negócios Estrangeiros e Cooperação a competência para autorizar o início das actividades das ONG's estrangeiras, ouvido o órgão central de tutela.



REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE
MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E COOPERAÇÃO
 DIRECÇÃO PARA AS RELAÇÕES ECONÓMICAS MULTILATERAIS

Ficha de Registo da ONG

Inicial República Distrito
 Reinscrição Outros Data de Registo

1. Nome da Organização _____

2. Nome do Director da Organização no País de Origem _____

3. Endereço _____

4. Área de actividade conforme o Estatuto _____

5. Data de início das actividades em Moçambique _____

6. Endereço em Moçambique (R/Av.) _____
 Nº _____ Telefone _____ Fax _____

7. Áreas de Actividade em Moçambique

Assistência Social _____	Saúde _____	Agricultura _____
Sector Informal _____	Educação _____	Água _____
Género _____	Méio Ambiente _____	População _____
Gutro(s) _____		

8. Objectivos _____

9. Local de Realização dos Projectos

Província	Distrito	Localidade / Município
_____	_____	_____
_____	_____	_____
_____	_____	_____

a) Recursos Financeiros Previstos / Programa _____

b) Para o Programa de Actividade _____

c) Para Actividades Logísticas _____

Documentos necessários para a instrução de pedido do Registo da ONG

1. Requerimento ou carta dirigida ao Ministro dos Negócios Estrangeiros e Cooperação da República de Moçambique
 2. Cópia autenticada de estatutos que comprovam a sua existência legal na língua oficial da República de Moçambique
 3. Proposta do programa geral de actividades que pretende realizar em Moçambique, indicar o montante financeiro a envolver no programa
 4. Descrição da história e biografia, relativa á experiência de trabalho da Organização.
 5. Quadro de pessoal que se propõe utilizar para Organização.
 6. Comprovativo em como dispõe de capacidade e disponibilidade de recursos financeiros necessários para realização das actividades em Moçambique.
 7. Preencher a ficha de registo da ONG
-
8. Relatório de actividades para as ONG's que se encontram a trabalhar na República de Moçambique

ANEXO II**RELAÇÃO GERAL DAS ONG's AUTORIZADAS A
DESENVOLVER ACTIVIDADES NA
REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE**

Nº DE ORDEM E NOME DA ONG	CÓDIGO DE REGISTO	PAIS DE ORIGEM	DATA DE AUTORIZAÇÃO/ PRORROGAÇÃO
01-CEAR	EP/101/99	ESPAÑA	30/04/99/13/07/01
02-VISÃO MUNDIAL	AC/102/99	EUA	06/05/99/13/07-01
03-AISPO	EP/103/99	ITÁLIA	30/04/99
04-ASIDH	EP/104/99	ESPAÑA	06/05/99
05-MS	EP/105/99	DINAMARCA	30/04/99/13/07/01
06-TROCAIRE	EP/106/99	IRLANDA	30/04/99
07-AID TO ARTISANS	AC/107/99	EUA	06/05/99/19/06/01
08-CARE INTER.	EP/108/99	BÉLGICA	30/04/99/22/05/01
09-ESSOR	EP/109/99	FRANÇA	06/05/99/17/09/01
10-NOVA FRONTEIRA	EP/110/99	ITÁLIA	30/04/99/17/09/01
11-OXFAM S. BÉLGICA	EP/111/99	BÉLGICA	30/04/99/04/06/01
12-LEPRA	EP/112/99	REINO UNIDO	06/05/99
13-MSF-BÉLGICA	EP/113/99	BÉLGICA	06/05/99
14-SUNY	AC/114/99	EUA	30/04/99/já saiu do País
15-LANDMINE S.N	AC/115/99	EUA	30/04/99/17/09/01
16-SCF-USA	AC/116/99	EUA	12/05/99/04/06/01
17-VSO	EP/117/99	REINO UNIDO	12/05/99/29/11/01
18-OXFAM-UK	EP/118/99	REINO UNIDO	12/05/99/17/09/01
19-VIDA	EP/119/99	PORTUGAL	12/05/99
20-HELVETAS	EP/120/99	SUIÇA	12/05/99
21-MEDECIN MUNDI	EP/121/99	FRANÇA	12/05/99
22-A.A.A.	EP/122/99	RFA	12/05/99/04/06/01
23-HORIZONT 3000.	EP/123/99	AUSTRIA	12/05/99
24-AMREF	AM/124/99	KENYA	12/05/99/17/09/01
25-FUND. F.EBERT	EP/125/99	RFA	31/05/99/22/05/01
26-AFRICARE	AC/126/99	EUA	03/06/99/22/11/01
27-CIC	EP/127/99	ESPAÑA	03/06/99/22/11/01
28-GOAL	EP/128/99	IRLANDA	03/06/99/17/09/01
29-FHI	AC/129/99	EUA	03/06/99/17/09/01
30-TER.DES HOMME	EP/130/99	RFA	03/06/99
31-WORLD RELIEF	AC/131/99	EUA	03/06/99/04/02/02
32-PSI	AC/132/99	EUA	03/06/99/29/06/01
33-FAD	AC/133/99	EUA	03/06/99
34-HELPAGE	EP/134/99	REINO UNIDO	03/06/99
35-VET AID	EP/135/99	REINO UNIDO	28/06/99/27/09/01
36-CUSO CANADÁ	AC/136/99	CANADÁ	28/06/99/17/09/01
37-AFVP	EP/137/99	FRANÇA	28-06-99/13/07/01
38-PACT	AC/138/99	EUA	28-06-99
39-PROGETTO SUD	EP/139/99	ITÁLIA	28-06-99/17/09/01
40-AMA	AM/140/99	KWEIT	28-06-99/29/06/01
41-SKILLSHARE	EP/141/99	REINO UNIDO	19-08-99
42-A.C.V.	EP/142/99	ITÁLIA	19-08-99
43-KEPA	EP/143/99	FINLÂNDIA	19-08-99/04/02/02
44-PATHFINDER	AC/144/99	E.U.A.	19-08-99/29/11/01

46-ACDI	AC/146/99	E.U.A	19-08-99/17/09/01
47-WATER AID	EP/147/99	REINO UNIDO	19-08-99/13/07/01
48-SAVE THE CHILDREN NORWAY	EP/148/99	NORUEGA	19-08-99/04/02/02
49-ACTION AID	EP/149/99	REINO UNIDO	19-08-99
50-MUN.AL.ISLAMIA	AM/150/99	SUDÃO	19-08-99/17/09/01
51-VISES	EP/151/99	ITÁLIA	19-08-99
52-HELEN KELLER	AC/152/99	E.U.A	19-08-99/29/11/01
53-IBIS	EP/153/99	DINAMARCA	19-08-99/22/11/01
54-ISCOS	EP/154/99	ITÁLIA	19-08-99/13/07/01
55-S.CHILD.UK	EP/155/99	REINO UNIDO	19-08-99/04/02/02
56-MED.MUND.CAT.	EP/156/99	ESPANHA	19-08-99/17/09/01
57-ED.DEV.CENTRE	AC/157/99	E.U.A.	17-09-99
58-MOLISV	EP/158/99	ITÁLIA	17-09-99/22/11/01
59-CENT.M.SVIL	EP/159/99	ITÁLIA	17-09-99
60-CUAMM	EP/160/99	ITÁLIA	17-09-99/22/11/01
61-ACTION C.FOME	EP/161/99	FRANÇA	17-09-99
62-MED.M.ARAGON	EP/162/99	ESPANHA	17-09-99
63-INST.NORD.SUL	EP/163/99	AÚSTRIA	17-09-99
64-MÉD.S.F.SUIÇA	EP/164/99	SUIÇA	17-09-99/22/01/02
65-COSV	EP/165/99	ITÁLIA	17-09-99/29/11/01
66-CONCERN	EP/166/99	IRLANDA	17-09-99
67-TERRE DES HOM.	EP/167/99	SUIÇA	05-10-99
68-CIES	EP/168/99	ITÁLIA	16-10-99
69-SNV	EP/169/99	HOLANDA	16-10-99/29/11/01
70-HANDICAP	EP/170/99	FRANÇA	16-10-99
71-OIKOS	EP/171/99	PORTUGAL	16-10-99
72-AWEPA	EP/172/99	HOLANDA	16-10-99/22/01/02
73-INST.M.V.FLOR	EP/173/99	PORTUGAL	17-10-99/22/11/01
74-GRUPOS A.SUECIA	EP/174/99	SUÉCIA	16-10-99
75-FED.M.PAZ	AO/175/99	JAPÃO	16-10-99-22-11-01
76-HEALTH A.INT	AC/176/99	EUA	16-10-99/22/01/02
77-ITER	EP/177/99	ITÁLIA	16-10-99
78-SOC.I.INTER.	AM/178/99	LÍBIA	18-10-99
79-M.CARIDADE	AO/179/99	INDIA	02-11-99
80-LWF	EP/180/99	SUIÇA	05-11-99/04/02/02
81-NABP	EP/181/99	NORUEGA	05-11-99
82-HEIFER PROJECT	AC/182/99	EUA	05-11-99/29/11/01
83-JESUS ALIVE	AM/183/99	RSA	05-11-99
84-CIDAC	EP/184/99	PORTUGAL	05-11-99
85-CHR. OUTREACH	EP/185/99	REINO UNIDO	05-11-99
86-REMAR	EP/186/99	PORTUGAL	05-11-99
87-N.D.I.	AC/187/99	EUA	05-11-99/22/01/02
88-CAA	AO/188/99	AUSTRÁLIA	05-11-99
89-SOLIDARMED	EP/189/99	SUIÇA	05-11-99
90-MEDA	EP/190/99	CANADÁ	01-12-99
91-JOHN S.INC.	AC/191/99	EUA	01-12-99
92-OXFAM CANADÁ	EP/192/99	CANADÁ	01-12-99
93-M.S. HEALTH	AC/193/99	EUA	01-12-99
94-M.W. LEAGUE	AM/194/99	ARÁBIA SAUDITA	01-12-99
95-CLUSA	AC/195/99	EUA	01-12-99
96-WORLD H..INT.	AC/196/99	EUA	01-12-99
97-AIFO	EP/197/99	ITÁLIA	01-12-99
98-CENTRO C.SVIL.	EP/198/99	ITÁLIA	01-12-99
99-COOPI	EP/199/99	ITÁLIA	01-12-99/29/11/01
100-ADRA	AC/200/99	EUA	01-12-99
101-TECHNOSERVE	AC/201/99	EUA	06-04-98
102-WFRKHOF	EP/202/99	RFA	27-01-97

104-FUND.CLINICA	EP/204/99	ESPAÑA	20-03-98
105-ACS	EP/205/99	ITÁLIA	24-11-97
106-PHOENIX	EP/206/99	RFA	06-01-2000
107-DIGNIDADE	EP/207/2000	ESPAÑA	06-01-2000
108-CONCERN UNI.	EP/208/2000	REINO UNIDO	06-01-2000
109-AJUDA P.NORUE.	EP/209/2000	NORUEGA	06-01-2000
110-FIC	EP/210/2000	EUA	11-04-2000
111-HABITAT FOR H.	AC/211/2000	EUA	29-05-2000
112-HUMANA P.P	AM/212/2000	DINAMARCA/MOZ	29-05-2000
113-FINCA	AC/213/2000	EUA	29-05-2000
114-MGM	EP/214/2000	RFA	29-05-2000
115-ACORD	EP/215/2000	REINO UNIDO	07-06-2000
116-INTERMON	EP/216/2000	EUA	07-06-2000
117-AIR SERVE	AC/217/2000	EUA	15-06-2000
118-MAF	AC/218/2000	EUA	15-06-2000
119-OSEO	EP/219/2000	SUIÇA	31-07-2000
120-SID	EP/220/2000	DINAMARCA	31-07-2000
121-DIEJOHANNITER	EP/221/2000	RFA	31-07-2000
121-DIEJOHANNITER	EP/221/2000	RFA	31-07-2000
122-G.V.C.	EP/222/2000	ITÁLIA	31/07-2000
123-TERRE DES HOMME	EP/223/2000	ITÁLIA	31-07-2000
124-MALTESER-RFA	EP/224/2000	RFA	31-12-2000
125-I.F.D.C.	AC/225/2000	EUA	31/07-2000
126-MEDAIR	EP/226/2000	SUIÇA	31-07-2000
127-F.AGA KHAN	EP/227/1998	FRANÇA	11-08-1998-autorizado através do Acordo assinado em 11-08-98
128-FOCUS COOP.	EP/228/2000	ESPAÑA	24-11-2000
129-C.F.M. AUSTRAL	EP/229/2000	DINAMARCA	24-11-2000
130-CICD	EP/230/2000	PORTUGAL	24-11-2000
131-CESVI	EP/231/2000	ITÁLIA	24-11-2000
132-SAMARITANS	AC/232/2000	EUA	24-11-2000
133-POWER	EP/233/2000	REINO UNIDO	24-11-2000
134-A.A.R.	AO/234/2000	JAPÃO	24-11-2000
135-MCD-INTERNATIONAL	AC/235/	EUA	26-12-2000
136-PROJECT HOPE	AC/236/2000	EUA	26-12-2000
137-C.SANTO EGÍDIO	EP/237/2000	ITÁLIA	26-12-2000
138-NZA	EP/238/2000	HOLANDA	26-12-2000
139-CÂMARA LUSOFONA	A EP/239/2001	PORTUGAL	19-02-2001
140-SÁUDE PORTUGUÊS	EM EP/240/2001	PORTUGAL	19-02-2001
141-AMURT	EP/242/2001	INDIA	19-02-2001
142-ELISEI	EP/242/2001	ITALIA	22-05-2001
143-SIL	AC/243/2001	EUA	22-05-2001
144-DORCAS	EP/244/2001	HOLANDA	22-05-2001
145-M.Mundo Portugal	EP/245/2001	PORTUGAL	22-05-2001
146-IRIS MINISTRIES	AC/246/2001	EUA	22-05-2001
147-CIDC	AC/247/2001	CANADÁ	04-06-2001
148-WWF	EP/248/2001	SUIÇA	19-06-2001
149.1-MSF-LUXEMBURGO	EP/249/2001	LUXEMBURGO	29-06-2001
149.2 AMERICAN FRIENDS SERVICE COMMITTEE	AC/249/01	EUA	17-09-2001
150.1-S.O.S.-CHILDREN	EP/250/2001	ESPAÑA	13-07-2001
150.2 Peace Parks Foundation	AM/250/2001	ÁFRICA DO SUL	17-09-2001
151-PROGETTO SVILUPPO	EP/251/2001	ITÁLIA	13-07-2001
152-CARE FOR LIFE	AC/252/2001	EUA	17-09-2001

153-AMERICAN S.COMMITEE	F.
154-MÉDICOS MUNDO	DEL	EP/254/2001	ESPAÑA	17-09-2001
155-PEACE FOUNDATION	PARKS	AM/255/2001	RSA	17-09-2001
156-ADENAER	F. KONRAD	EP 256/2001	RFA	27-09-2001
157-BAZARUTO S.FUND-BASF	A	EP/257/2002	REINO UNIDO	22/01/2002
158-DAMIEN F. BELGUIM		EP/258/2002	BELGICA	22/01/2002
159-MPDL		EP/259/2002	ESPAÑA	22/01/2002
160-AUTRALIAN VOLUNT INTERNATIONAL		AO/260/2001	AUSTRÁLIA	29/11/2001
161-Movimentos Leigos América Latina (MLAL)		EP/261/2002	Itália	29/05/2002
162 FIS Funds to Support International Projects of Selfdevelopment		EP/262/2002	Suíça	14/05/2002
163 Douleures Sans Frontieres		EP/263/2002	França	24/06/2002
164 Cooperaçào Canadá		AC/264/2002	Canadá	28/06/2002
165 African Wildlife Foundation		AC/265/2002	Estados Unidos da América	28/06/2002
166 Christian Aid		EP/266/2002	Reino Unido	24/06/2002
167 Amigos Sem Fronteira		EP/267/2002	Portugal	17/07/2002
168 CIC Portugal		EP/268/2002	Portugal	03/09/2002
169 Media Support Partnership		EP/269/2002	Escócia/Reino Unido	01/11/2002
170 Corpo Evangélica Financeiro	Corpo	AM/270/2002	República da África do Sul	6 /09/2002
171 Centro Internacional Crocevia	Centro	EP/271/2002	Itália	05/09/2002
172 Interaction	Global	AC/272/2002	EUA	19/12/2002
173 Sottosopra		EP/273/2002	Itália	19/12/2002

Maputo, 23 de Dezembro de 2002

APÊNDICE 3

PROJECTO DE SEGURANÇA ALIMENTAR DE MILANGE
 PROGRESSO CONTRA OS INDICADORES E ACTIVIDADES NO QUADRO LÓGICO

OBJECTIVO GERAL	INDICADORES OBJECTIVAMENTE VERIFICÁVEIS	PROGRESSO CONTRA OS INDICADORES
Promover segurança alimentar sustentável para os habitantes rurais do Distrito de Milange, Província da Zambézia, Moçambique	<ul style="list-style-type: none"> < Comunidades mais seguras em termos de alimentos no fim do projecto < Preços do mercado mais estáveis para produtos alimentares básicos no Distrito alvo < Níveis melhorados de rendimento familiar < Níveis melhorados de nutrição familiar 	<ul style="list-style-type: none"> < Uma avaliação compreensiva (baseline survey) está sendo feita para estabelecer a situação actual para estes indicadores. < DPRs estão também sendo usados para obter mais informação qualitativa. < Preços do mercado estão sendo monitorados em Milange.
OBJECTIVO GERAL	INDICADORES OBJECTIVAMENTE VERIFICÁVEIS	PROGRESSO CONTRA OS INDICADORES
Melhoramentos sustentáveis na produtividade agrícola, aumento da participação do mercado e o desenvolvimento da sociedade civil e da capacidade do MADR em seis localidades em três Postos Administrativos no Distrito de Milange até ao ano 2003	<ul style="list-style-type: none"> < Aumento da produtividade agrícola < Aumento da adopção de tecnologias agrícolas melhoradas < Aumento da diversificação de sistemas de produção para consumo alimentar sustentável na família, comercialização e armazenamento < Aumento de acesso e participação nos mercados < Pequenas empresas rurais desenvolvidas e fortalecidas < Envolvimento do pessoal da ONG e do Governo no desenvolvimento agrícola e actividades de grupo < ONG local canalizando fundos do doador para mais projectos 	<ul style="list-style-type: none"> < Uma avaliação compreensiva (baseline survey) está sendo feita para estabelecer a situação actual para estes indicadores. < DPRs estão também sendo usados para obter mais informação qualitativa. < A introdução de hortícolas e batata-doce ajudou a diversificar o sistema de produção. < O pessoal do Governo recebeu treinamento e junta-se às sessões de planificação do projecto < "Solidariedade" apresentou várias propostas de potenciais doadores para mais projectos. DED (Serviços Alemães de Desenvolvimento). Cooperação Suíça

RESULTS	OBJECTIVELY VERIFIABLE INDICATORS	PROGRESS AGAINST INDICATORS
1. Aumento da capacidade das comunidades para participação na gestão de recursos agrícolas através da formação de grupo e fortalecimento e aumento de gestão do negócio técnico e conhecimentos de comercialização	<ul style="list-style-type: none"> < 20 análises de necessidades de Segurança Alimentar concluídas < 25 associações de camponeses registadas e licenciadas estabelecidas na área do projecto < Membros chaves de 150 associações de camponeses treinados no propósito e objectivos das associações, condução de negócio, forças do mercado bem como acesso e utilização da informação de mercado. < Pelo menos 50 associações de camponeses comercializam a produção agrícola fora do Distrito de Milange, no Malawi < Pelo menos 20 associações de camponeses engajadas na encomenda de maior volume de insumos agrícolas para os seus membros < Pelo menos 10 associações de camponeses com ligações estabelecidas às instituições financeira formais para permiti-las no acesso as unidades de crédito < Pelo menos 30 novas micro-empresas rurais estabelecidas e a funcionar < 10 micro-empresas rurais anteriormente com falta de acesso a instituições financeira formais ligadas e com acesso a crédito < Pelo menos 20 novos ou negócios expandidos no processamento de produtos agrícolas estabelecidos e a funcionar 	<ul style="list-style-type: none"> < A avaliação compreensiva (baseline survey) e DPRs estão sendo usados para ajudar na recolha de mais informação < Treinamento iniciou para os grupos sobre a estrutura de grupos, desenvolvimento, etc < Os grupos interessados na comercialização conjunta dos seus produtos foram identificados e o treinamento já iniciou. < Ligações foram iniciadas com algumas de empréstimo para facilitar o processo de crédito aos grupos. < Uma ligação foi feita entre a AgroAlfa em Milange e a Milange Comercial. Depois disso, uma nova loja vai abrir em Milange para a venda de insumos agrícolas e maquinaria de processamento. < Uma avaliação compreensiva (baseline survey) está sendo feita para estabelecer a situação actual para estes indicadores.

<p>2. Aumento e diversificação da produção agrícola e aumento da participação nos mercados alimentares através de melhoramentos da produção de culturas e armazenamento on-farm</p>	<ul style="list-style-type: none"> < Pelo menos 6 novas variedades de culturas leguminosas de grão com potencial para mercado Malawiano avaliadas para adaptabilidade local e aceitabilidade de mercado < Pelo menos 2 novas variedades de culturas leguminosas de grão produzidas pelos membros de 30 associações de camponeses e introduzidas na comercialização regional através de comerciantes estrangeiros < Pelo menos 20% de camponeses nas comunidades alvo produzem novas variedades de leguminosas de grão < Pelo menos 30% de camponeses nas áreas alvo diversificam as variedades de culturas produzidas < Aumento de 20% no número de camponeses nas áreas alvo produzindo oleaginosas < Um aumento de 12% no preço médio do produtor de principais mercadorias agrícolas atingido pelos membros dos grupos de camponeses < 25% de aumento nos rendimentos médios de feijão boer, feijão nhemba, feijão vulgar, girassol e amendoim atingidos pelos camponeses de contacto < Aumento de 10% no número de camponeses usando métodos melhorados de armazenamento de culturas 	<ul style="list-style-type: none"> < Durante os DPRs, culturas leguminosas que estão sendo ou que foram produzidas nas áreas alvo foram identificadas e contactos foram feitos para o fornecimento de semente para a próxima campanha agrícola. < Discussões com comerciantes ajudaram a identificar culturas e variedades com boa aceitação no mercado mas que actualmente estão em escassez no fornecimento. < Uma avaliação compreensiva (baseline survey) está sendo feita para estabelecer a situação actual para estes indicadores. < Os grupos priorizaram actividades e seleccionaram culturas com as quais gostariam de trabalhar. < O pessoal do projecto foi treinado na conservação de culturas e armazenamento.
---	--	--

RESULTADOS	INDICADORES OBJECTIVAMENTE VERIFICÁVEIS	PROGRESSO CONTRA OS INDICADORES
<p>3. Aumento da capacidade da ONG local (Solidariedade), Pessoal do MADR e do projecto para gerir com eficácia numa maneira participativa os projectos que visam o melhoramento da produção agrícola e comercialização</p>	<ul style="list-style-type: none"> < 32 funcionários do projecto e da ONG local e 5 funcionários do MADR treinados em cursos de treinadores de treinadores < 32 funcionários do projecto e da ONG local e 5 funcionários do MADR treinados na formação de grupo e processo de funcionamento < 32 funcionários do projecto e da ONG local e 5 funcionários do MADR treinados em métodos participativos, comercialização e desenvolvimento de pequenos negócios < 32 funcionários do projecto e da ONG local e 5 funcionários do MADR treinados em desenho de projecto e gestão < Pessoal sénior da Solidariedade (Sol.) treinado na gestão das concessões de desenvolvimento internacional do doador < Sistemas financeiros e procedimentos de contabilidade na Sol. actualizadas para gerir com competência as despesas contra o orçamento < Pessoal da Sol. capaz de aconselhar competentemente os pequenos negócios no estabelecimento de ligações com instituições financeiras formais para apoiar no acesso ao crédito < Sol. negocia com êxito um MOU com a ORAM < Sol. gere com êxito a sub-concessão da VM-Moz < 	<ul style="list-style-type: none"> < Uma avaliação das necessidades de treinamento foi feita para o pessoal do projecto. < Treinamento foi dado ao pessoal do projecto e parceiros. < "Solidariedade" foi apoiada com o processo de legalização e concluiu o processo em Janeiro de 2001. < "Solidariedade" foi ajudada a abrir um novo escritório em Quelimane para servir de sede. Apoio está sendo dado no estabelecimento de um departamento administrativo para gerir os sistemas financeiros, procedimentos de contabilidade, assuntos de recursos humanos, compras, etc. Ajuda foi dada também na entrevista e contratação do novo pessoal da "Solidariedade". < ORAM foi contactada e se conflitos de terra forem encontrados, um MOU será negociado com esta organização. < A sub-concessão foi assinada entre a Visão Mundial e a "Solidariedade", treinamento está sendo dado para o pessoal da "Solidariedade" em gestão financeira, etc. < Um MOU com a DDADR local foi preparado.